



XI
CONGRESSO
do SISMMAC

CADERNO DE TESES

2015

XI CONGRESSO do SISMMAC

CADERNO DE TESES

APRESENTAÇÃO	5
TESE I - TESE DA DIREÇÃO DO SISMMAC:	
AVANÇAR EM NOSSA ORGANIZAÇÃO PARA AVANÇAR EM NOSSAS LUTAS!	6
EIXO III: Programa de Trabalho para a Direção do SISMMAC	
Nossa categoria e o SISMMAC: novos rumos em nossa organização	7
EIXO II: Análise do Movimento Sindical	
Contribuir na reorganização de nossa classe: a trabalhadora	19
EIXO I: Análise de Conjuntura	
Uma conjuntura de ataque aos direitos da classe trabalhadora	27
TESE II - SISMMAC EM MOVIMENTO! QUEM LUTA FAZ HISTÓRIA!	32
EIXO I: Análise de Conjuntura	33
EIXO II: Análise do Movimento Sindical	
Movimento Sindical: unidade dos Movimentos Sociais.....	36
EIXO III: Programa de Trabalho para a Direção do SISMMAC	
Plano de Trabalho e Lutas	38
TESE III - CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE DO 11º CONGRESSO DO SISMMAC	40
EIXO I: Análise de Conjuntura	
Conjuntura Internacional	41
Conjuntura Nacional	45
Conjuntura Estadual	51
Conjuntura Municipal	57
EIXO II: Análise do Movimento Sindical	59
EIXO III: Programa de Trabalho para a Direção do SISMMAC	61
REGULAMENTO XI CONGRESSO DO SISMMAC	62



COM A FORÇA DA NOSSA UNIÃO, RESISTIR AOS ATAQUES E AVANÇAR RUMO A NOVAS CONQUISTAS



em meio a um grave cenário de ataques aos direitos dos trabalhadores que nos reuniremos no XI Congresso do SISMMAC, nos dias 10 e 11 de novembro, para definir nossas prioridades e estratégias de luta para os próximos anos.

Para a direção do SISMMAC, o desafio deste Congresso é debater e aprovar encaminhamentos que nos permitam avançar em todos os níveis de nossa atuação sindical. Isso passa por fortalecer nossa organização nos locais de trabalho, ampliar a sindicalização, avançar em nossa organização enquanto categoria e fortalecer também nossa atuação enquanto parte ativa da classe trabalhadora.

Para que possamos resistir a esses ataques e avançar rumo a novas conquistas, é preciso fortalecer nossa organização e união em todos os níveis: do local de trabalho às mobilizações gerais de nossa categoria e de nossa classe.

Nosso último congresso, realizado em 2012, foi um marco importante de nossa or-

ganização. Avançamos na definição de princípios que orientam nossas estratégias de luta e aprovamos uma política financeira que ampliou a estrutura do SISMMAC. Além disso, decidimos pela desfiliação da CUT por entender que essa Central não defende mais os interesses dos trabalhadores.

Agora, temos o compromisso de avançar ainda mais na construção de novos rumos para o magistério de Curitiba, para o SISMMAC e para o movimento sindical brasileiro.

O objetivo desse Caderno de Teses é apresentar com antecedência para a categoria as diferentes análises e todas as propostas de ações que serão debatidas e definidas no Congresso. Além da Tese 1 elaborada pela direção do SISMMAC, outros dois grupos de professoras e professores inscreveram textos com posições divergentes que compõem esse material.

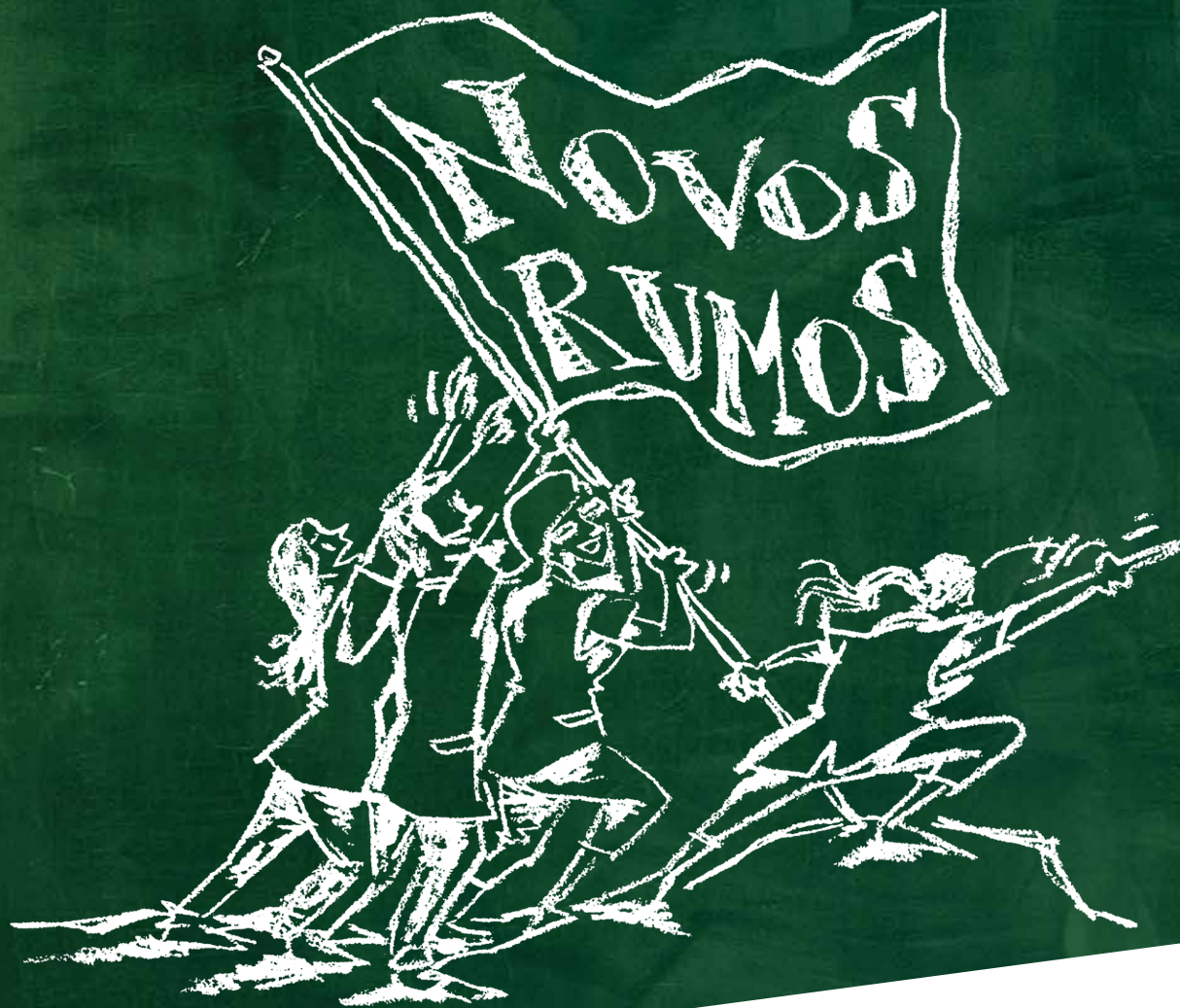
Leia o Caderno de Teses para se informar sobre o que está sendo proposto e não deixe de participar também dos debates e encontros preparatórios!

TESE I

TESE DA DIREÇÃO
DO SISMMAC: AVANÇAR
EM NOSSA ORGANIZAÇÃO
PARA AVANÇAR
EM NOSSAS LUTAS!

EIXO III

PROGRAMA DE TRABALHO PARA A DIREÇÃO DO SISMMAC



NOSSA CATEGORIA E O SISMMAC: NOVOS RUMOS EM NOSSA ORGANIZAÇÃO

Atualmente, somos mais de 10 mil professoras e professores na rede municipal de Curitiba. Cerca de 2 mil profissionais têm dois padrões, totalizando mais de 12 mil matrículas. Distribuídos, em sua maioria,

nas 184 escolas, mas também em 199 CMEIs, oito CMAEs e três escolas especiais, atendendo mais de 140 mil estudantes. Temos também mais de quatro mil aposentadas e aposentados que contribuíram muito na construção de nossa história e seguem contribuindo.

Nos últimos quatro anos, a relação da categoria com o SISMMAC mudou bastante. Nesse período, a gestão Novos Rumos – eleita pela primeira vez em 2011 e reeleita com mais de 80% dos votos em 2014 – retomou o Sindicato para as mãos das trabalhadoras e trabalhadores e construiu, junto com a categoria, necessárias e importantes lutas, avançando em pautas históricas.

Nossas conquistas são do tamanho da nossa luta!

Com a greve de 2012, conseguimos barrar a tentativa de impor o Programa de Produtividade e Qualidade (PPQ) para o magistério. A verba que seria destinada a esse ataque foi transformada em salário, o que resultou em um reajuste de 19,56% que praticamente zerou as perdas salariais que a nossa categoria acumulava desde o início dos anos 2000. Foi uma conquista de repercussão nacional por se tratar uma vitória inédita contra a imposição de políticas meritocráticas no Brasil. Além disso, conseguimos estender o mesmo reajuste para as aposentadas e aposentados.

Em 2014, foram duas greves pelo Plano de Carreira. Além de conquistar um Plano melhor do que o atual, lutamos para garantir um reenquadramento que contabilizasse integralmente o tempo de serviço e que revertesse as perdas de mais de 20 anos de muitas professoras e professores. São reajustes salariais que vão desde 10% a mais de 65% até o final de 2016. Essa conquista também será estendida aos aposentados e seguiremos atentos para exigir seu cumprimento integral.

A greve dos dias 11 e 12 de agosto não conquistou a implantação imediata do novo

Plano de Carreira. Com a nossa mobilização, entretanto, conseguimos definir as datas de pagamento de cada etapa, além de termos conseguido encurtar o prazo de 27 meses proposto inicialmente pela administração municipal, garantindo que a migração para a nova Tabela de Vencimentos ocorra ainda no mandato do atual prefeito.

Além dessas vitórias econômicas, avançamos para os 33,33% de hora-atividade. Para a maior parte da categoria, esse percentual só foi alcançado no decorrer do ano de 2014. Ainda falta avançarmos nesse direito para as Pedagogas, Educação Infantil e Educação Especial.

Esses resultados só foram possíveis porque construímos o dia a dia do nosso trabalho sindical tendo como princípios: **a independência frente a patrões e governos, a autonomia frente a partidos políticos e o trabalho de base.**

Foco no trabalho de base

Muito trabalho de base foi realizado nesse período. As visitas frequentes aos locais de trabalho fizeram com que a categoria – que estava desacreditada e afastada do Sindicato e de seus espaços – voltasse a se aproximar e a se envolver mais ativamente nas mobilizações.

As unidades escolares foram o local prioritário da nossa atuação. As trabalhadoras e trabalhadores organizaram seus locais de trabalho e participaram ativamente da construção de nossas lutas. Foram dezenas de panfletagens junto à comunidade, produção de fotos e vídeos para mobilizações específicas e gerais, além de atos na Feira do Largo da Ordem e manifestações por regionais.

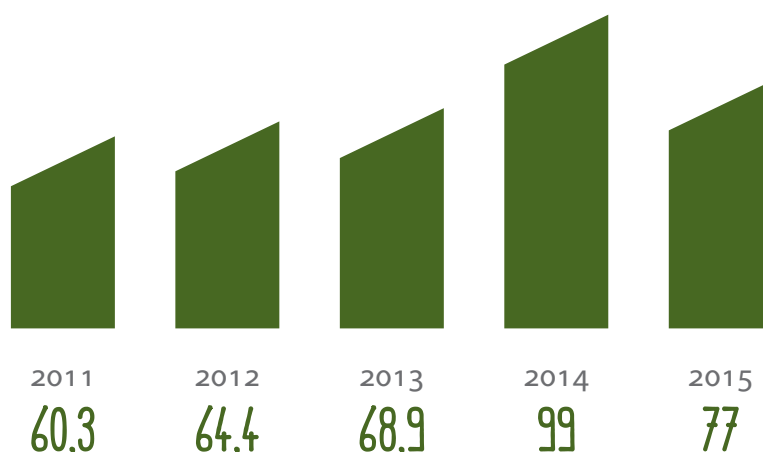
Foi através desse intenso trabalho de base

que ampliamos a participação da categoria em nossas mobilizações. As assembleias das greves reuniram mais de mil profissionais do magistério, além de mobilizarmos cerca de 6 mil e 7 mil professoras e professores nas ruas nas greves de 2012 e 2014, respectivamente.

Também vimos a diferença de participação

da categoria nas reuniões do Conselho de Representantes (CR) a partir da mudança do Sindicato. Destaque para 2014, primeiro ano da história do SISMMAC em que tivemos em média a maioria das escolas representadas em nosso conselho. A média anterior era de cerca de 35 escolas representadas nas reuniões.

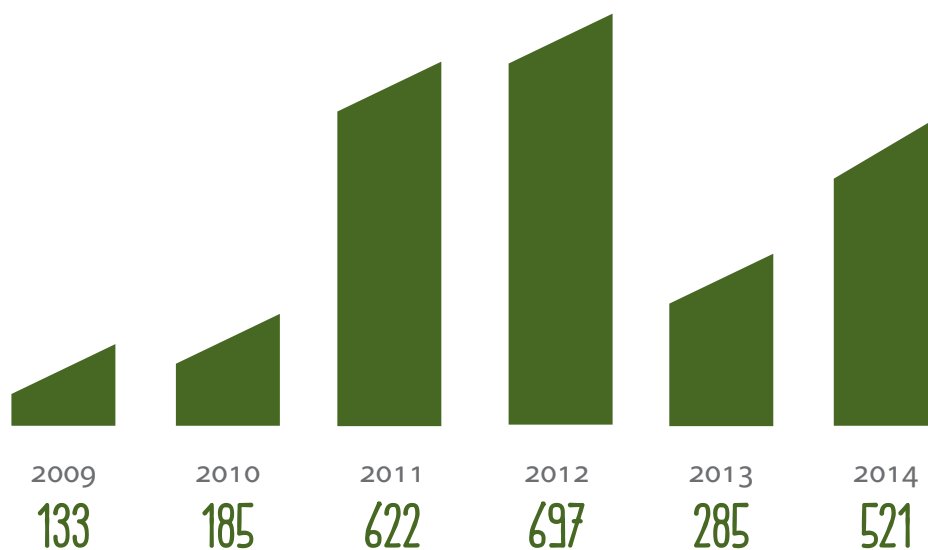
Média de escolas representadas nas reuniões do Conselho de Representantes



Essa aproximação reflete-se também nas sindicalizações. Já sindicalizamos mais de 2 mil professoras e professores desde o início de 2011, quando surgimos como oposição à gestão cutista que permaneceu por mais de

14 anos à frente do SISMMAC. Atualmente, temos mais de 50% do pessoal da ativa sindicalizado (5515). Somando os aposentados, já somos mais de 7.400 sindicalizados

Número de sindicalizados cresceu mais de 35% nas duas gestões Novos Rumos



Para comparação entre os anos foi adotado o período de 12 meses (janeiro-janeiro).

MELHORAR A ESTRUTURA DO SINDICATO PARA AMPLIAR NOSSA CAPACIDADE DE ORGANIZAÇÃO E LUTA

Aumentamos a capacidade estrutural e financeira do SISMMAC. Estamos em uma sede maior do que a anterior e com mais trabalhadores no sindicato. Dobramos a frota de carros e atualmente temos quatro veículos, entre outros avanços. Assumimos a direção do Sindicato, em agosto de 2011, com uma

poupança de R\$ 128.374,44. Atualmente, todos os investimentos do SISMMAC somam R\$ 962.439,80. Isso só foi possível a partir da política financeira debatida em nosso último Congresso, que aprovou o aumento da contribuição, criou um Fundo de Greve e a aplicação para aquisição de uma sede própria¹.

	1º de agosto de 2011 (posse)	Dezembro 2012	Dezembro 2013	Dezembro 2014	Agosto 2015
Arrecadação	87.044,83	144.116,13	162.385,91	180.245,58	209.872,03
Poupança	128.374,44	133.812,92	240.491,25	240.281,60	252.513,28
Fundo de Greve	--	23.130,03	225.191,56	329.894,28	506.439,80
Aplicação para compra da sede	--	--	165.000,00	332.500,00	456.000,00

Tudo isso melhora nossa capacidade de organização e mobilização para nossas lutas como trabalhadoras e trabalhadores da educação.

Agora, a principal mudança foi o aumento da participação da categoria, como já mos-

tramos anteriormente. Com esse aumento, a demanda do trabalho sindical também cresceu, pois mais trabalhadoras e trabalhadores passaram a buscar o Sindicato, através de seus dirigentes. Mais problemas coletivos são

¹ O SISMMAC ainda não possui sede própria e atualmente o gasto com aluguel é de R\$ 8.500,00 por mês.

levantados por um número cada vez maior de pessoas e isso exige que o Sindicato esteja mais preparado para dar respostas.

Nossa estrutura política não aumentou na mesma proporção. Estamos em oito professoras e professores com liberação (direção liberada) para o trabalho sindical em uma categoria com mais de 10 mil na ativa e 4 mil aposentados. Além disso, a liberação é por padrão, quem tem 20h na rede municipal é liberado apenas no padrão e não consegue trazer a jornada em que trabalhava com RIT, por exemplo, para o Sindicato. Atualmente, temos alguns diretores liberados nessa situação: só podem fazer 20h de trabalho sindical e estão impossibilitados de fazer RIT, pois estão no Sindicato, e precisando de outras 20h de trabalho para manter seus vencimentos.

Isso diminui nossa capacidade de organi-

zar, como direção, mais e melhor a grande quantidade de trabalho sindical. Precisamos avançar em nossa estrutura política.

Entendemos que é necessário abrir a possibilidade de que a diretora ou diretor sindical que esteja na liberação e possua apenas um padrão possa dobrar essa jornada, com os mesmos direitos que temos no RIT atualmente, com os custos pagos pelo SISMMAC. Assim, aumentamos tanto a nossa capacidade organizativa quanto a possibilidade de que mais professoras e professores venham para a liberação do sindicato. Hoje, a maior parte da categoria, cerca de 8 mil profissionais, têm um padrão, mas dependem de outro trabalho no outro período e por isso não se habilitam a exercer essa função, pois teriam perdas em seus vencimentos. Enfatizamos que nessa proposta ninguém ganha mais do que quando está na base.

CONTINUAR AVANÇANDO EM NOSSA ORGANIZAÇÃO

Nesses quatro anos, tivemos avanços que representam saltos de qualidade fundamentais para esse importante instrumento de luta que é o sindicato, mas ainda falta avançar muito mais. Uma boa parte de nossa categoria ainda tem uma visão 'clientelista' do Sindicato e cobram que a entidade funcione como uma empresa prestadora de serviços. Nesse sentido, veem as professoras e professores que são da direção do SISMMAC como

prestadores de serviços. Isso é um erro.

O Sindicato é um instrumento coletivo de organização das trabalhadoras e trabalhadores². A diretora ou diretor eleito está na direção temporariamente, mas continua sendo um profissional do magistério. O salário não aumenta, pelo contrário, alguns inclusive têm perdas de vencimentos ou de carreira ao irem para a liberação. Infelizmente, sabemos que em grande parte do movimento sindical os

2 Existem outros instrumentos, como associações, movimentos sociais populares, centrais sindicais e partidos.

chamados *jétons* sindicais³ existem. Desde a CUT até a Força Sindical, a maioria tem. Mas, no SISMMAC, não.

Precisamos superar essa visão 'clientelista' do Sindicato que afeta, inclusive, os representantes das escolas. As professoras e professores eleitos em seus locais de trabalho para serem representantes nas reuniões mensais do Sindicato são, muitas vezes, cobrados como se fossem responsáveis por saber de tudo sempre, mesmo quando são assuntos e ações que dizem respeito a todas e todos.

Essa visão limita a participação e o envolvimento de mais trabalhadoras e trabalhadores da educação na construção de nossas lutas. Pois, reforça que cabe só ao dirigente sindical ou mesmo ao representante de escola resolver

os problemas, sejam individuais ou coletivos. Nossas lutas e conquistas, como as recentes já relatadas, mostram justamente o contrário. É nossa força coletiva que impulsiona as maiores vitórias.

Dirigentes sindicais devem organizar essas lutas coletivas e auxiliar nas resoluções de problemas quando são individuais. Representantes de escola são responsáveis pela relação entre seu local de trabalho e as lutas coletivas da categoria. Cabe a toda categoria as tarefas de organizar as lutas em seus locais de trabalho, participar dos espaços coletivos da categoria e buscar conhecer e defender seus direitos para resolução de problemas individuais. Juntos somos o Sindicato, nosso instrumento de organização e luta frente aos governos e patrões.

AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO E ENRAIZAR NOSSA ORGANIZAÇÃO NOS LOCAIS DE TRABALHO

Temos certeza de que a participação de nossa categoria nos espaços e ações do SISMMAC já melhorou bastante, mas a imensa maioria só participa ainda nos momentos mais intensos da luta, como assembleias para aprovação de greve e manifestações realizadas durante a própria greve. Conseguimos aumentar bastante a participação no Conselho de Representantes. Em 2014, a maioria das escolas

estiveram presentes nessas reuniões. Além de manter essa média, temos que avançar e trazer mais escolas.

São poucas as professoras e professores que já organizam cotidianamente seu local de trabalho, enfrentando de forma coletiva os problemas da unidade, como assédio moral, falta de estrutura, falta de profissionais da educação, entre outros.

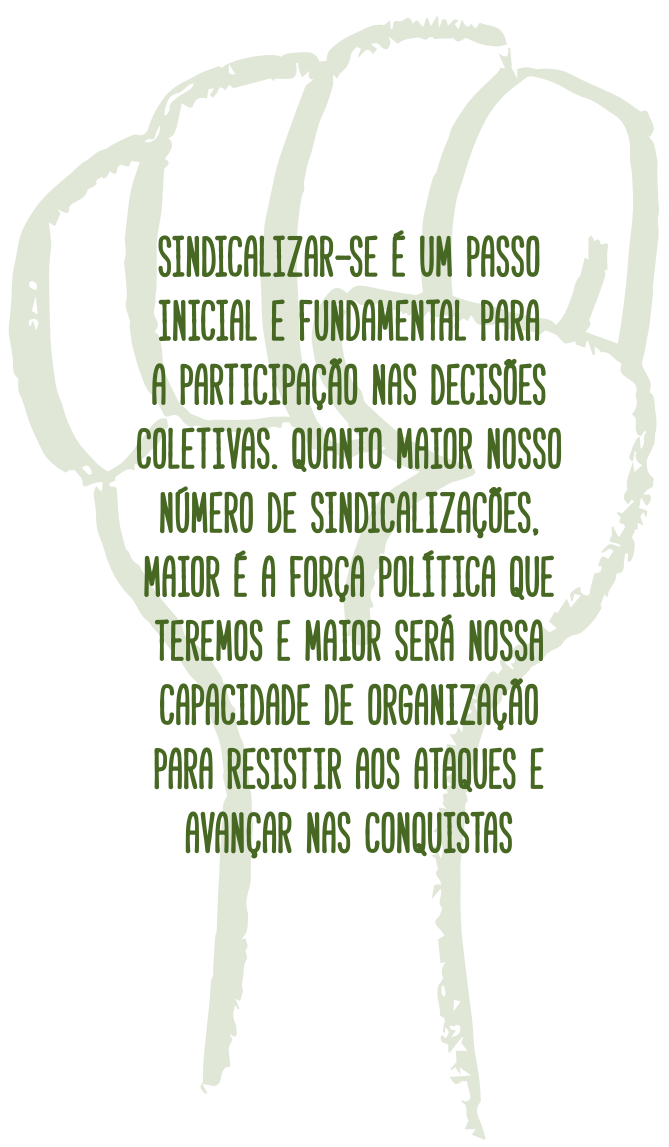
³ Ganhos extras pagos a dirigentes sindicais que em muitas vezes ultrapassam bastante o salário que recebiam como trabalhadores de base.

Mesmo assim, tivemos importantes exemplos de organização por local de trabalho que geraram vitórias em várias unidades nos últimos quatro anos. Através de panfletagens com a comunidade, abaixo-assinados, mobilizações e até fechamento de ruas, algumas escolas conseguiram pressionar a administração e conquistar suas reivindicações, como a contratação de mais profissionais, reformas, combate ao assédio moral e às direções autoritárias, entre outras. Em todos esses casos houve envolvimento do grupo de trabalhadores da escola e de familiares dos alunos. O Sindicato acompanhou de perto essas iniciativas e contribuiu oferecendo suporte político e financeiro.

Precisamos avançar nessa organização por local de trabalho, chegando também às comunidades trabalhadoras (pais, mães, responsáveis e demais trabalhadoras e trabalhadores da região). Ao envolver essas comunidades, fortalecemos a luta por uma educação pública de qualidade, principalmente no que diz respeito às condições do trabalho educacional.

É necessário que essa participação constante avance ainda mais, em todos os espaços de organização coletiva do Sindicato, e principalmente na organização dos locais de trabalho. Junto a esse maior envolvimento, temos que convencer uma boa parte da categoria que ainda não é sindicalizada, mais de 4 mil professoras e professores, a dar esse passo fundamental em nossa organização coletiva.

Para o próximo período, devemos nos esforçar para sindicalizar, ao menos, mais 2 mil profissionais do magistério, chegando a mais de 70% da categoria sindicalizada e com isso aprofundar o fortalecimento do nosso Sindicato.



SINDICALIZAR-SE É UM PASSO INICIAL E FUNDAMENTAL PARA A PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES COLETIVAS. QUANTO MAIOR NOSSO NÚMERO DE SINDICALIZAÇÕES, MAIOR É A FORÇA POLÍTICA QUE TEREMOS E MAIOR SERÁ NOSSA CAPACIDADE DE ORGANIZAÇÃO PARA RESISTIR AOS ATAQUES E AVANÇAR NAS CONQUISTAS

MAIS DO QUE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO, SOMOS TRABALHADORAS E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

O trabalho educacional não se faz somente com profissionais do magistério. Nos CMEIs, as professoras e professores de educação infantil – antigas educadoras – atuam e são a maioria nessa modalidade. Secretárias e secretários de escola, inspetoras e inspetores também contribuem na organização do processo educacional.⁴

Se trabalhamos todos juntos no mesmo local de trabalho e na mesma área de atuação, por que não avançarmos na construção de um sindicato único das trabalhadoras e trabalhadores da educação?

Esse é um debate que faremos no congresso e cuja importância é reforçada diante dos desafios impostos às trabalhadoras e trabalhadores da educação na atual conjuntura.⁵

Em suas diferentes funções, todas e todos os profissionais da educação enfrentam os mesmos problemas e a mesma difícil realidade atual do trabalho educacional. Mas estamos divididos, o que dificulta a organização de lutas que possam melhorar as condições de trabalho na educação pública.⁶

A maioria dos sindicatos estaduais da educação de todo o país já se organizam como

um sindicato único que abrange todas as trabalhadoras e trabalhadores da área. A própria APP-Sindicato, aqui no Paraná, é um sindicato com essa configuração.

Não é algo automático, mas acreditamos que essa união fortalece a luta da educação pública como um todo. As professoras e professores devem debater essa pergunta nos locais de trabalho e definirem seus posicionamentos iniciais para avançarmos nesse debate no Congresso e construirmos um caminho para aprofundar a discussão no próximo período.

No Congresso de 2009, as 77 delegadas e delegados participantes aprovaram por unanimidade uma resolução que indicava a necessidade de aprofundar o debate sobre um sindicato único de todas as trabalhadoras e trabalhadores do serviço público municipal. Na prática, apontava o debate para junção do SISMMAC e SISMUC. Infelizmente, esse debate não aconteceu.

Concordamos que os servidores municipais possuem o mesmo padrão, a Prefeitura, e, por isso, enfrentam problemas parecidos. Porém, precisamos fortalecer o mais rápido possível o ramo da educação pública em sua

4 Também contamos com o apoio diário na alimentação e limpeza, das trabalhadoras e trabalhadores de contrato terceirizado em todas as unidades. Esses profissionais têm péssimas condições de trabalho e salariais.

5 Cabe lembrar que a área que mais sofreu cortes no orçamento federal em 2015 foi a da educação. Foi reduzida em 19% segundo o próprio Ministro da Educação. Aprofundaremos esse ponto no eixo III: Análise de Conjuntura.

6 Em Curitiba, são mais de 140 mil crianças, filhas e filhos de trabalhadoras/es que são atendidas na rede pública municipal.

totalidade para enfrentar os ataques frontais que vêm tanto do governo municipal, com a piora das condições de trabalho, como do governo federal, com o corte de verbas.

Um sindicato das trabalhadoras e trabalhadores da educação, em nossa opinião, fortalecerá essas lutas. Achemos também que esse é o passo em que nos encontramos mais coesos

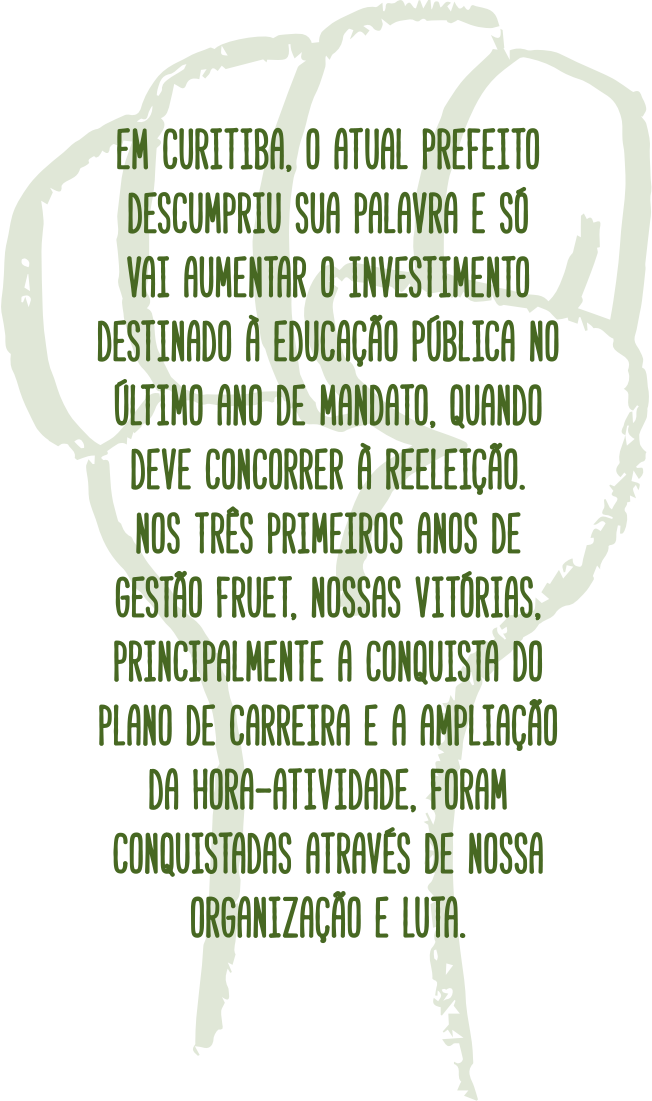
como categoria para avançar em nossa organização, quando comparado à proposta de um sindicato único do serviço municipal.

Mas, acima desses posicionamentos, temos a convicção de que devemos construir um caminho para aprofundar esse debate e os encaminhamentos decorrentes a partir do Congresso.

SÍNTESE DO CENÁRIO ATUAL PARA AS LUTAS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL

Muita luta foi feita. Mais do que resistir, avançamos em pautas importantes, mas ainda falta muito a resistir e avançar. As condições de trabalho na educação pública tendem a piorar não só em nossa cidade, mas em nosso país. Só o corte de verbas realizado pelo governo federal neste ano compromete as construções de CMEIs e escolas em nossa cidade. Soma-se a esse corte atual, o descaso histórico com que a educação pública é tratada nesse país, independente do partido que comanda o governo federal.

O fechamento de turmas em diversas escolas é um sinal concreto dessa piora. As outras salas ficam lotadas e as professoras e professores são remanejados para outros locais para cobrir a falta de profissionais. **Esse déficit aumentará se a Prefeitura continuar atrasando o concurso público para Docência I que tinha se comprometido a realizar ainda**



EM CURITIBA, O ATUAL PREFEITO
DESCUMPRIU SUA PALAVRA E SÓ
VAI AUMENTAR O INVESTIMENTO
DESTINADO À EDUCAÇÃO PÚBLICA NO
ÚLTIMO ANO DE MANDATO, QUANDO
DEVE CONCORRER À REELEIÇÃO.
NOS TRÊS PRIMEIROS ANOS DE
GESTÃO FRUET, NOSSAS VITÓRIAS,
PRINCIPALMENTE A CONQUISTA DO
PLANO DE CARREIRA E A AMPLIAÇÃO
DA HORA-ATIVIDADE, FORAM
CONQUISTADAS ATRAVÉS DE NOSSA
ORGANIZAÇÃO E LUTA.

em 2014. As escolas que atendem as séries finais do ensino fundamental também enfrentam a ameaça de fechamento de turmas, o que pode indicar a intenção da Prefeitura de transferir progressivamente esse nível de ensino para a rede estadual.

A falta de inspetores e inspetoras também é um problema que prejudicou e segue prejudicando diversas escolas. O número de alunos por turma sobrecarrega e intensifica o ritmo de trabalho do magistério, incluindo as pedagogas e pedagogos, e dos demais trabalhadores da educação. Além disso, a violência dessa sociedade desigual e suas graves consequências estão cada vez mais presentes no cotidiano escolar.

A falta de planejamento da Prefeitura para cumprir a Meta 1 do Plano Nacional de Educação, regulamentado pela Lei nº 13.005/2014, também deve afetar nossas condições de trabalho. Essa meta prevê a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. A administração tende a cumprir essa exigência aumentando nossa sobrecarga, além de transferir parte das turmas para as escolas. Se não nos mobilizarmos para resistir, o trabalho que hoje é realizado no CMEI por três profissionais, será empurrado para a escola para ser realizado por somente um profissional do magistério.

Essa imposição representaria uma economia para o RH e uma perda para a educação pública de Curitiba. Foi isso que aconteceu quando da transferência do 1º ano, que

era chamado de etapa inicial no CMEI, para a escola. O trabalho que era realizado por três profissionais passou a ser realizado por apenas um.

Além do que, todos sabemos que as estruturas das escolas não estão preparadas para receber essas crianças pequenas.

Precisamos nos organizar mais e melhor para avançar nas condições de nosso trabalho. Uma prova disso é que somos uma categoria em adoecimento. Em qualquer escola, cerca de 40% das professoras e professores fazem uso de algum medicamento para trabalhar.

A busca por melhores condições de trabalho na educação pública é uma luta que devemos fortalecer em nossa categoria, além de envolver também as famílias trabalhadoras de nossos alunos e alunas. A dura realidade é que, com as atuais condições de trabalho, o que está sendo impulsionada é uma educação pública pobre para os pobres. E isso se agrava nas regiões mais pobres do nosso país.

O descaso com a situação das escolas só comprova o que todos sabemos: a classe dominante (patrões e governos) não querem que a classe trabalhadora tenha uma formação de qualidade e que a faça pensar. Por isso investe tão pouco na educação pública.

A resposta que ajudaremos a construir dependerá dos próximos passos que trilharemos para aprofundar nossa organização como trabalhadoras e trabalhadores da educação e nossa relação com as lutas do conjunto da classe trabalhadora.

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS

Diante de tudo que vimos até agora, devemos ampliar nossa capacidade organizativa no Sindicato, como forma de impulsionar o aumento de nossa capacidade organizativa nos locais de trabalho. Por isso propomos:

AÇÕES PARA O TRABALHO DE BASE

- 1) Campanha de sindicalização** constante para alcançarmos mais de 70% da categoria, o que significa mais 2 mil professoras e professores até o próximo congresso, daqui a três anos.
- 2) Trabalho constante para fortalecer as ações e organizações por local de trabalho.** Construção de uma **cartilha** sobre as formas de organização e com exemplos de ações já realizadas pela categoria e suas vitórias.
- 3) Campanha constante de eleição e participação de representantes de escolas.** Para além de manter a média de 2014 de mais de 50% das escolas participando, avançar e ter representantes em todas as unidades.
- 4) Atualização do Manual do Professor,** material impresso e virtual sobre direitos, deveres e perguntas mais frequentes da categoria.
- 5) Construção de um programa de formação política** do SISMMAC que tenha como tema central a educação pública e a realidade que a determina.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO SINDICAL

- 6) Lutar para ampliar o número de liberações sindicais do SISMMAC junto à Prefeitura.** Atualmente temos 8 liberados para mais de 10 mil profissionais na ativa e mais de 4 mil aposentadas/os.
- 7) Abrir a possibilidade de que a diretora ou diretor sindical que esteja na liberação e possua apenas um padrão (20h) possa dobrar essa jornada, com os mesmos direitos que temos no RIT** atualmente, com os custos pagos pelo SISMMAC.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO SINDICAL

8) Na campanha de sindicalização, **incentivar aqueles que têm dois padrões a se sindicalizarem nas duas matrículas.** Pois, as conquistas obtidas se refletem também nos dois padrões. Um exemplo claro disso é a vitória do reenquadramento por tempo de serviço, na qual os reflexos foram para todas as matrículas. Não é obrigatório, mas opcional. Aqueles que quiserem contribuir integralmente, assim como fazem os que tem 20h, devem ter a possibilidade de fazê-lo.

9) **Efetuar o desconto sindical no décimo terceiro salário para aquisição da sede a partir do ano de 2016.** Após a aquisição da sede, continuar fazendo esse desconto para o fundo de greve, fortalecendo nossa capacidade organizativa.

DEBATE SOBRE UM SINDICATO ÚNICO DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

10) Efetuar debates periódicos nas reuniões de Conselho de Representantes, em espaços específicos e nos materiais do Sindicato sobre a proposta de avançarmos para um **sindicato de trabalhadoras e trabalhadores da educação.**

11) Fazer essa **discussão com a direção do SISMUC** e diretamente com as demais **trabalhadoras e trabalhadores da educação.**

12) Aprovar a linha política de construção de um sindicato das trabalhadoras e trabalhadores da educação. **Convocar assembleia até o final de 2016** para debater o quanto avançamos nesse debate e quais são os encaminhamentos possíveis para essa proposta.



CONTRIBUIR NA REORGANIZAÇÃO DE NOSSA CLASSE: A TRABALHADORA

Na assembleia realizada após nosso último Congresso, em 2012, a ampla maioria votou pela desfiliação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O SISMMAC então se desfiliou dessa Central que, apesar de ter

iniciado sua história junto *com* as trabalhadoras e trabalhadores, há algum tempo atua *contra* nossa classe. Essa transformação ocorreu porque a CUT passou a colocar os interesses do partido e dos parlamentares que apoia à frente dos interesses da classe trabalhadora.

Sáímos da CUT, mas não deixamos a luta da nossa classe. Pelo contrário, aprovamos no mesmo Congresso a necessidade de contribuir política e financeiramente com a reorganização da classe trabalhadora. O percentual de 6,2% de nosso orçamento, que antes era destinado à CUT, passou a ser usado para apoiar as mobilizações de diversas categorias. Com essa decisão, o SISMMAC não só se aproximou mais dessas lutas, como teve participação importante na luta de vários trabalhadores pelo estado e pelo país que retomaram seus sindicatos, derrotaram direções pelegas e reconstruíram suas lutas.

Apoiamos nesses quatro anos as mobilizações e eleições sindicais de diversas categorias, como por exemplo:

- » Trabalhadoras e trabalhadores dos Correios no Paraná (Sintcom-PR); de Santa Maria (Sintect-SMA), da Bahia (Sincotelba) e do Mato Grosso (Sintect-MT);
- » Trabalhadoras e trabalhadores da saúde pública do Paraná (Sindsaúde-PR);
- » Servidoras e servidores municipais de Toledo (SerToledo);
- » Trabalhadoras e trabalhadores municipais de Itaperuçu e Rio Branco do Sul (Sinttraserv);
- » Metalúrgicos de Ipatinga e região (Sindipa-MG),
- » Servidoras e servidores municipais de Araucária (Sifar),
- » Sapateiras e Sapateiros de Franca (STICF),
- » Servidoras e Servidores de São José dos Pinhais (Sinsep),
- » Fábrica Ocupada Flaskô,
- » Greve das professoras e professores da rede estadual do Paraná (APP-Sindicato),

- » Liga Nacional dos Camponeses Pobres,
- » Projeto Promotoras Legais Populares,

E os critérios para a destinação dessa verba, do consequente apoio e acompanhamento político também foram aprovados em nosso último congresso:

1. Independência frente a patrões e governos;
2. Autonomia frente aos partidos políticos;
3. Prioridade no trabalho de base, a partir dos locais de trabalho e para além dele;
4. Formação política.

Esses são os mesmos princípios que orientam o trabalho sindical do SISMMAC nas gestões dos *Novos Rumos* (2011-2014/2014-2017).

Onde e como surgiram esses princípios?

São alguns dos princípios que fundamentaram a construção do maior instrumento sindical já construído em nosso país: a CUT. E a não efetivação desses princípios na prática política sindical foi um dos principais motivos que fizeram com que a CUT se afastasse das lutas das trabalhadoras e trabalhadores.

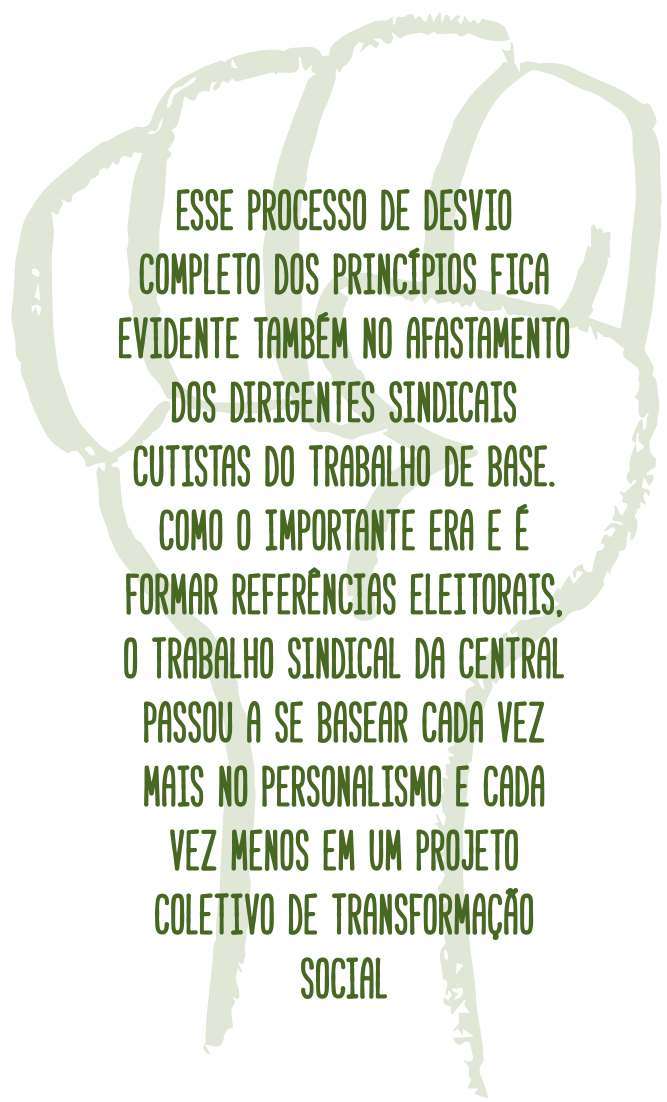
A Central perdeu a autonomia frente aos partidos políticos, principalmente em relação ao PT, e passou a direcionar sua organização e a de suas lutas para apoiar e manter o governo federal na mão do partido, virando uma “correia de transmissão” das necessidades partidárias para o movimento sindical. Com isso, as necessidades das trabalhadoras e trabalhadores ficaram secundarizadas. O PT se moldou e aderiu ao projeto de sociedade capitalista de exploração cada vez mais intensa da maioria dos seres humanos, e do meio ambiente, por uma minoria de pessoas.

Desta forma, perdeu sua independência frente aos patrões.

O importante torna-se eleger e manter, mais do que os representantes sindicais, os próprios sindicatos em linhas políticas que apoiem e sustentem os representantes parlamentares. Isso aprofundou o afastamento dessas direções de suas bases. Não é à toa que a média de sindicalização dos sindicatos cutistas não chega a 30% das trabalhadoras e trabalhadores da base no Brasil e aqui no Paraná chega à 35%⁷.

No SISMMAC, em quatro anos, saímos desse patamar baixo de sindicalização e hoje temos mais de 50% da categoria da ativa sindicalizada. E nesse mesmo período, mais exemplos da atuação cutista mostram o quanto a sua degeneração política se acentua.

Em nosso ramo da educação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), associada à CUT, mostra cada vez mais sua posição governista e de rebaiamento das pautas históricas da educação em prol da defesa do governo federal. O último e emblemático exemplo dessa postura foi a defesa e aprovação, na II Plenária Intercongressual da CNTE, em agosto deste ano, da meritocracia como diretriz nacional para os planos de carreira das trabalhadoras e trabalhadores da educação. Além disso, os dirigentes da CNTE não colocaram em questão o corte de verbas da Educação feito pelo governo federal. Outro retrocesso diz respeito à carga horária prevista na Lei do Piso. A CNTE recuou em sua bandeira histórica que atri-



ESSE PROCESSO DE DESVIO
COMPLETO DOS PRINCÍPIOS FICA
EVIDENTE TAMBÉM NO AFASTAMENTO
DOS DIRIGENTES SINDICAIS
CUTISTAS DO TRABALHO DE BASE.
COMO O IMPORTANTE ERA E É
FORMAR REFERÊNCIAS ELEITORAIS,
O TRABALHO SINDICAL DA CENTRAL
PASSOU A SE BASEAR CADA VEZ
MAIS NO PERSONALISMO E CADA
VEZ MENOS EM UM PROJETO
COLETIVO DE TRANSFORMAÇÃO
SOCIAL

bui o Piso Salarial para uma jornada de 30h e defendeu a manutenção do mesmo texto da lei atual, que vincula o piso a uma jornada de até 40 horas.

Aqui em Curitiba, sabemos o que esse tipo de gratificação por produtividade pode provocar. Por isso, barramos a criação do PPQ em 2012 e transformamos a verba em salário. Essa sempre foi a pauta da luta das trabalhadoras e trabalhadores em educação: aumento no salário e não a criação de penduricalhos,

7 Dado obtido nos sites da CUT nacional e CUT Paraná, respectivamente.

de gratificações por produtividade e afins. Vincular os vencimentos a algum tipo de avaliação serve para intensificar ainda mais a exploração de nosso trabalho, em troca de nos submetemos a condições cada vez piores de trabalho. Mas, como agora é de interesse do governo federal promover essa barbárie, a CNTE cutista apoia e aprova.

No setor privado, a própria CUT propôs o *Plano de Proteção ao Emprego (PPE)*, que reduz salários, com redução da jornada. Ao contrário do que o nome diz, essa proposta não garante o emprego, mas protege a taxa de lucro dos patrões em detrimento dos salários já defasados dos trabalhadores. O nome desse projeto, que ainda pode ser estendido ao serviço público, deveria ser *Plano de Proteção ao Empresariado*. Destina-se principalmente ao setor fabril, mas já afeta também diversas outras categorias. Aqui no Paraná, por exemplo, trabalhadores da saúde de vários hospitais estão tendo seus salários reduzidos. As trabalhadoras e trabalhadores que estão sob direção cutista e de outras centrais, como Central Geral dos Trabalhadores

do Brasil (CGTB)⁸, Força Sindical⁹, União Geral dos Trabalhadores (UGT)¹⁰, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)¹¹ e Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)¹², estão sendo submetidos a essa política de retirada de direitos.

Bem diferente da resistência que metalúrgicos de Ipatinga (MG), Santos (SP), Campinas (SP) e Limeira (SP) vem desenvolvendo contra esse ataque. Com muito trabalho de base, manifestações, paralisações e greves, essas trabalhadoras e trabalhadores tem resistido a essa tentativa de retirada de direitos.

Outro exemplo do atrelamento e subserviência da CUT ao governo é o 'gordo' subsídio que a entidade e demais centrais sindicais recebem do governo federal através do imposto sindical. Criado no final da década de 30 no governo Getúlio Vargas e aprovado para as centrais em 2008 no governo Lula, o imposto é o desconto compulsório de um dia de trabalho de todas as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros com carteira assinada e é distribuído entre sindicatos, confederações, federações e centrais sindicais. Só para as seis

8 Fundada em 1986, originalmente como CGT, essa Central aglutinou sindicalistas formados no corporativismo sindical, defensores da estrutura sindical vigente, conhecidos como pelegos do "velho sindicalismo". Atualmente é dirigida por setores conservadores e pelo PPL, mantendo a defesa da estrutura sindical getulista.

9 Ao contrário da CUT, a Força Sindical já nasce em aliança com patrões e governos. Essa Central é fundada em 1991, com apoio político e financeiro do presidente Fernando Collor de Melo e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, como estratégia para combater a influência da CUT. Atualmente, a maior parte de seus dirigentes é filiada ao PDT e ao Solidariedade (SD).

10 A UGT é fundada em 2007 no processo de disputa por uma fatia maior do imposto sindical. Possui posições semelhantes à Força Sindical, de onde se originou. A maior parte de seus dirigentes é filiado ao PPS, DEM e PSDB.

11 A CTB também é fundada em 2007, fruto do rompimento com a CUT. O PCdoB e o PSB são as principais organizações que atuam na entidade.

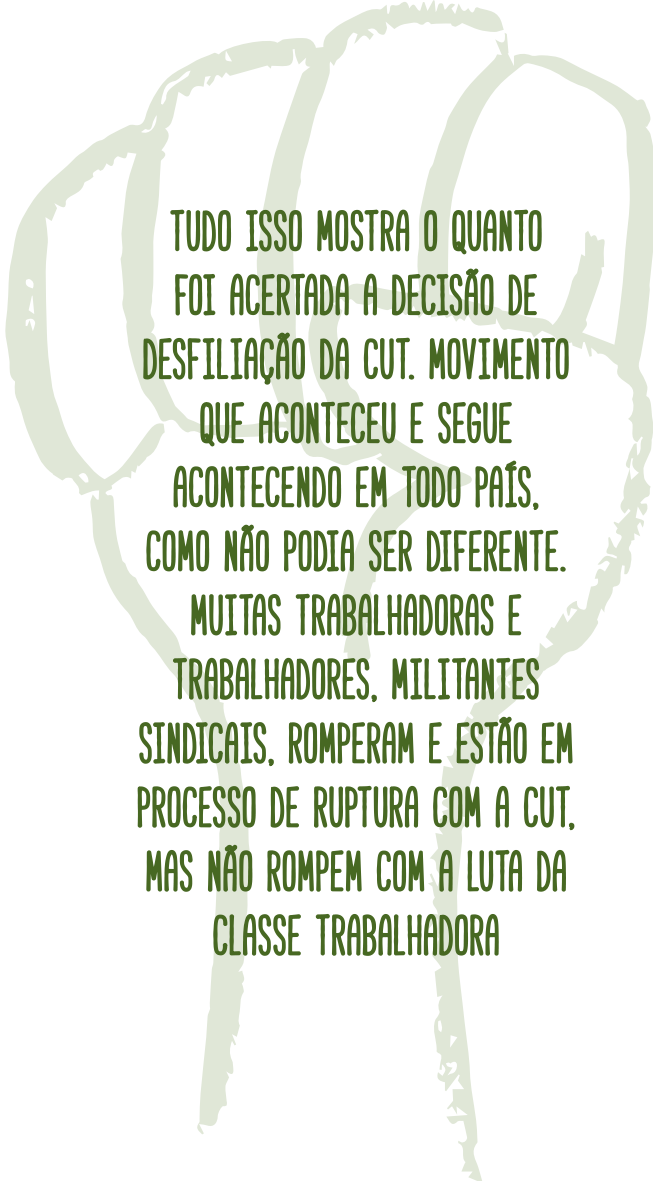
12 A NCST foi fundada em 2005, com perfil conservador. Defende a atual estrutura sindical herdada do modelo imposto por Getúlio Vargas.

centrais reconhecidas pelo Ministério do Trabalho foram repassados cerca de 1 bilhão de reais nos últimos sete anos. Só para CUT foram repassados R\$ 340 milhões desde 2008. E olha que a CUT se diz contrária ao imposto sindical, mas não deixa de receber nenhum dos repasses. O movimento sindical virou um baita balcão de negócios¹³.

Nesse processo de ruptura com a CUT e de reorganização da classe trabalhadora de nosso país, vem sendo construída a *Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora* desde 2006. Uma organização sindical que se propõe a aprender com os erros do passado e a avançar em sua organização sem autoproclamações, contribuindo decisivamente na reconstrução do movimento pela base e de enfrentamento direto com o Capital e seu Estado.

Sem autoproclamações porque não se reivindica uma central sindical, pois acredita que a construção de uma central, que é necessária, deve ter a participação ativa dos trabalhadores e não ser uma construção de cima para baixo.

Não é uma central sindical, mas uma organização sindical que contribui ativamente para a construção das necessárias lutas da classe trabalhadora. Através do desenvolvimento do trabalho de base, da autonomia frente aos partidos políticos, da independência frente a patrões e governos e da solidariedade ativa de classe, busca aproximar mais trabalhadoras e trabalhadores que con-



TUDO ISSO MOSTRA O QUANTO FOI ACERTADA A DECISÃO DE DESFILIAÇÃO DA CUT. MOVIMENTO QUE ACONTECEU E SEQUE ACONTECENDO EM TODO PAÍS, COMO NÃO PODIA SER DIFERENTE. MUITAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES, MILITANTES SINDICAIS, ROMPERAM E ESTÃO EM PROCESSO DE RUPTURA COM A CUT, MAS NÃO ROMPEM COM A LUTA DA CLASSE TRABALHADORA

cordem com esses princípios e que queiram contribuir no necessário processo de reorganização de nossa classe.

13 Só em 2014, as seis centrais sindicais reconhecidas pelo Ministério do Trabalho – CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST e CGTB – receberam R\$ 180,1 milhões. Em 2015, a Central de Sindicatos Brasileiros (CSB), ligada ao PMDB também foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho e receberá uma fatia do imposto sindical.

SISMMAC E A INTERSINDICAL: UMA RELAÇÃO CONSTRUÍDA PELA EFETIVAÇÃO DE PRINCÍPIOS

Como direção do SISMMAC – composta por professores militantes da Intersindical e de professores militantes independentes¹⁴ – atuamos no movimento sindical de nossa categoria e de nossa classe, inclusive nacionalmente. Entre as organizações que se dispõem a construir as lutas dos trabalhadores por esse país, temos a convicção em dizer que a **Intersindical – Instrumento de Organização e Luta da Classe Trabalhadora** busca desenvolver concretamente os princípios políticos que defendemos e que são necessários para a reorganização de nossa classe.

O maior exemplo dessa afirmação é o próprio trabalho sindical realizado no SISMMAC. Professoras e professores da rede que são militantes organizados na Intersindical, junto com outras professoras e professores militantes independentes, construíram o trabalho sindical que descrevemos no capítulo anterior, buscando desenvolver esses princípios na prática política sindical.

Construíram e seguem construindo um movimento sindical independente do nosso patrão (Prefeitura), autônomo dos partidos políticos e com a prioridade voltada para o trabalho de base a partir dos locais de trabalho e para além dele. E que também contribui ati-

vamente para o processo de reorganização da classe trabalhadora. Essa é a prática mostrada nesses quatro anos à frente do Sindicato. Essa é a prática que vemos a Intersindical buscando construir em suas ações. Como demonstram a maioria dos exemplos de resistência e luta da classe trabalhadora que apoiamos e que também fazem parte de atuações da Intersindical.

Alguns militantes da direção do SISMMAC contribuem também ativamente na construção desse instrumento de luta de nossa classe aqui no estado e a nível nacional. Participam de reuniões organizativas e contribuem para o desenvolvimento da Intersindical. Buscam não só levar o que temos construído por aqui, mas também aprender com as lutas das diversas categorias de trabalhadoras e trabalhadores, trazendo esse aprendizado para as lutas do magistério municipal.

Esse é o caminho que consideramos coerente para a construção de um necessário e novo movimento sindical. Um movimento sindical que priorize de fato os interesses das trabalhadoras e trabalhadores como classe e busque uma construção de organização e atuação sindical pela base das categorias que representa.

Devemos qualificar e aprofundar essa relação com o movimento sindical geral. As lutas

14 Em nossa concepção: são trabalhadores militantes que não estão organizados em nenhuma organização sindical ampla ou partidária, mas que – pelo menos no caso do SISMMAC – desenvolvem sua atividade sindical através de princípios políticos com os quais têm acordo: independência frente a patrões e governos, autonomia frente a partidos políticos, foco no trabalho de base a partir dos locais de trabalho e para além deles.

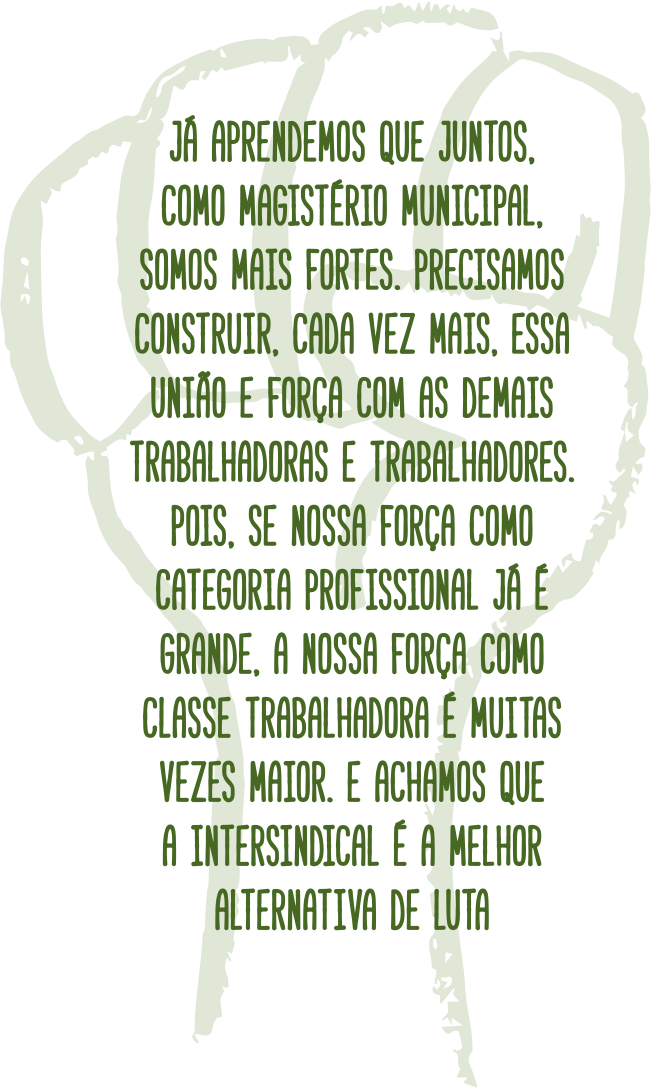
do magistério continuam em primeiro plano e isso não está em discussão, pois cabe prioritariamente a nós impulsionar a luta por uma educação pública de qualidade em nossa cidade. Mas, contribuir com a luta de nossa classe é também fundamental. Inclusive essa atitude potencializa nossa própria luta, pois estamos todos nós, trabalhadoras e trabalhadores, submetidos ao mesmo sistema de exploração social. Quanto mais avançamos como classe na luta por nossos direitos, mais os patrões e governos tendem a ceder, e o contrário também é verdadeiro. Como nos mostra o cenário nacional atual em que o movimento sindical, em sua maioria, apresenta-se comandado por organizações governistas e/ou pelegas, enquanto os ataques que sofremos em nossos direitos são cada vez maiores.

O processo de construção prévio ao Congresso é importante para aprofundarmos esse debate como categoria, qualificarmos a discussão, e chegarmos mais preparados para os debates que acontecerão no próprio Congresso. Assim, poderemos avaliar e decidir quais passos são necessários para esse processo.

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS

1) Defendemos abrir a discussão com o magistério, por, no mínimo, um ano, utilizando os espaços existentes e criando outros, para amadurecer a decisão com a categoria e **definir a vinculação ou não do nosso sindicato à Intersindical.**

2) Continuar participando da Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE), fortalecendo o bloco de oposição à direção majoritária da entidade por entender que suas posições governistas levam ao rebaixamento de pautas históricas das trabalhadoras e trabalhadores da educação. **Reavaliar essa relação com a CNTE junto com a categoria no próximo período.**



JÁ APRENDEMOS QUE JUNTOS,
COMO MAGISTÉRIO MUNICIPAL,
SOMOS MAIS FORTES. PRECISAMOS
CONSTRUIR, CADA VEZ MAIS, ESSA
UNIÃO E FORÇA COM AS DEMAIS
TRABALHADORAS E TRABALHADORES.
POIS, SE NOSSA FORÇA COMO
CATEGORIA PROFISSIONAL JÁ É
GRANDE, A NOSSA FORÇA COMO
CLASSE TRABALHADORA É MUITAS
VEZES MAIOR. E ACHAMOS QUE
A INTERSINDICAL É A MELHOR
ALTERNATIVA DE LUTA



UMA CONJUNTURA DE ATAQUE AOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA

Essa é a marca do período que vivemos. No Brasil, o governo Dilma, através de medidas provisórias, ataca direitos da classe trabalhadora, como o seguro desemprego, abono

salarial e aposentadoria, retirando R\$ 18 bilhões desses direitos. Com ajustes fiscais, corta cerca de R\$ 80 bilhões de áreas sociais como educação, saúde e transporte, mas ao mesmo gasta R\$ 3 bilhões por dia com a dívida pública¹⁵. Ainda,

15 Em grande parte, dívida privada transformada em pública.

deixou de arrecadar R\$320 bilhões, somente neste ano, por conta da sonegação de grandes industriais e comerciantes.¹⁶

Aqui no Paraná, esses ataques se evidenciaram, no final do ano passado e início deste ano, no “pacote de maldades” do governo Beto Richa (PSDB), que atacou direitos fundamentais das trabalhadoras e trabalhadores do serviço público. As principais medidas foram o rombo no fundo de aposentadoria dos servidores e a não concessão da reposição da inflação no salário. Além disso, também onerou através das contas públicas – como luz e água – as demais famílias trabalhadoras do estado.

Em vários outros estados, essas políticas também são aplicadas. No Rio Grande do Sul, o governo José Ivo Sartori (PMDB) chega ao cúmulo de parcelar os salários dos servidores estaduais, para não deixar de agradar os banqueiros e empresários.

E o pior ainda está por vir. Na iminência de uma nova crise – que já apresenta fortes sinais iniciais e ainda sob os efeitos da última crise econômica de 2008 – o Capital precisa avançar sobre os direitos de nossa classe para manter suas taxas de lucro. O governo federal e os estaduais estão, sem exceção, empenhados em satisfazer essas necessidades. E apesar do cenário político mais turbulento, com sérias acusações de corrupção para todos os lados, todos os envolvidos rezam a mesma cartilha de aplicação das políticas de ajustes fiscais e retirada de direitos dos trabalhadores.

Essa difícil conjuntura nos mostra também o quanto o Estado, que tenta parecer neutro

na sua atuação, é na verdade o principal instrumento político para perpetuação desse sistema de desigualdade social. Independentemente do partido que está no governo – como provam as três últimas décadas de nossa história – o Estado está bem montado com um aparato político, jurídico e com forças de repressão para agir em favor dos interesses dos quem têm muito. A violência que vivenciamos fortemente aqui no Paraná no dia 29 de abril é mais um triste exemplo dessa realidade.

A corrupção com certeza agrava essa realidade de desigualdade, mas está longe de ser a causa ou ao menos o principal problema. Os investimentos em políticas sociais muito menos. Os recursos destinados a essas políticas são pífios se comparados ao dinheiro que o governo repassa para banqueiros e empresários através de isenções fiscais que engordam seus lucros. O maior programa social que é o Bolsa Família custou R\$18 bilhões do orçamento no ano de 2014, enquanto só de isenções fiscais concedidas aos empresários no mesmo ano foram mais de R\$100 bilhões.

O sistema capitalista tem na desigualdade social uma condição fundamental para sua existência e perpetuação. A causa é o acúmulo de riqueza para poucos e o acúmulo da pobreza para muitos. No Brasil, é estimado com dados da própria receita federal que em 2013, apenas 0,20% da população, os mais ricos, detinham 40,81% da riqueza do país. Ampliando um pouco mais, veremos que menos de 1%, 0,90% para sermos mais exatos, detinham praticamente 60% da riqueza. Ampliando ain-

16 Em grande parte, dívida privada transformada em pública.

da mais, temos 8,13% com 87,20% da riqueza, o que faz “sobrar” os 12,80% da riqueza para os demais 92,80% da população.

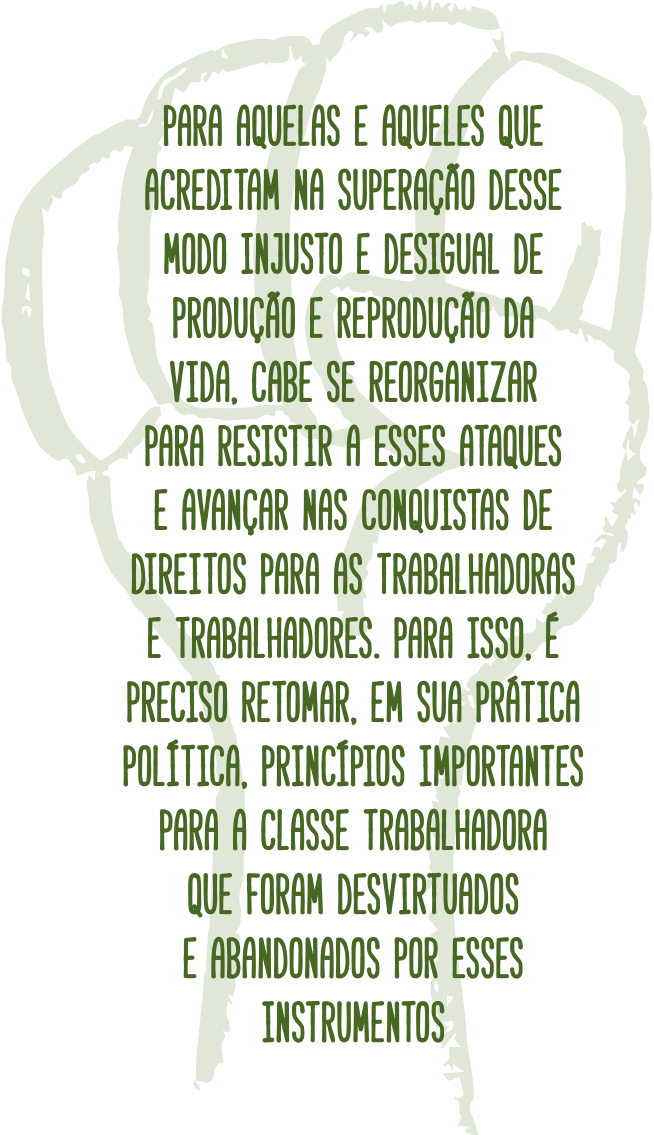
Com essa divisão extremamente desigual da riqueza, que já acontece em sua produção, temos conseqüentemente uma realidade social também extremamente injusta e desigual. O Estado serve para fazer o “meio de campo” entre os polos dessa desigualdade, administrando as injustiças sociais sem nenhum objetivo de superá-las. Legitimam essa desigualdade através de suas políticas que favorecem cada vez mais aqueles que já tem muito e desfavorecendo os que têm bem pouco.

Um exemplo disso é que, independentemente do partido que esteve à frente do Estado brasileiro, sempre destinou-se cerca de 40% ou mais do orçamento para amortização dos juros da dívida pública. A maioria dos credores dessa dívida são banqueiros e grandes empresários, os mais ricos. Da metade que sobra, grande parte ainda volta para às mãos dessa burguesia através de licitações e contratos com o Estado. A corrupção agrava esse acúmulo de riqueza de poucos e a realidade de pobreza e miséria para muitos. Essa desigualdade já está definida desde a produção e divisão das riquezas que a classe trabalhadora produz.

Infelizmente, instrumentos políticos que nasceram das lutas das trabalhadoras e trabalhadores e que surgiram a partir do questionamento dessa realidade desigual, como o PT e a CUT, acabaram se conformando à ordem, degenerando-se e hoje atuam reforçando essa desigualdade. A disputa entre esses novos aliados da burguesia e de seus interesses contra os já tradicionais instrumentos políticos da mesma burguesia, como o PSDB e For-

ça Sindical, é só pela representação política.

A disputa se dá pelo poder do Estado e manutenção desse poder. Pois, os projetos em sua essência – de aprofundamento do capitalismo, com ataques aos direitos dos trabalhadores e conseqüente aumento da desigualdade social – não diferem. A ignorância de muitos “acusa” o PT de ser socialista ou de estar implementando o comunismo no país. Entretanto, o agravamento da desigualdade e o apoio que tem recebido de diversos setores da burguesia – como banqueiros, empresários e políticos da direita – demonstram concretamente que o PT está fazendo justamente o contrário.



PARA AQUELAS E AQUELES QUE
ACREDITAM NA SUPERAÇÃO DESSE
MODO INJUSTO E DESIGUAL DE
PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA
VIDA, CABE SE REORGANIZAR
PARA RESISTIR A ESSES ATAQUES
E AVANÇAR NAS CONQUISTAS DE
DIREITOS PARA AS TRABALHADORAS
E TRABALHADORES. PARA ISSO, É
PRECISO RETOMAR, EM SUA PRÁTICA
POLÍTICA, PRINCÍPIOS IMPORTANTES
PARA A CLASSE TRABALHADORA
QUE FORAM DESVIRTUADOS
E ABANDONADOS POR ESSES
INSTRUMENTOS

NO MUNDO, A DESIGUALDADE TAMBÉM AVANÇA

Esse aprofundamento das desigualdades sociais não é um privilégio do Brasil. Até porque o capitalismo e suas consequências nunca estiveram de forma tão dominante no mundo inteiro. Segundo estudos da Oxfam, uma organização não governamental inglesa, no ano que vem 1% da população mundial será detentora de mais de 50% da riqueza mundial. No ano passado, já conseguiram abocanhar 48% dessa riqueza. Na outra ponta, 80% da população mundial, os mais pobres, tem somente 5,50% da riqueza mundial.

Os Estados Nacionais também transformaram boa parte da dívida privada em dívida pública, socorrendo bancos, grandes empresas e passando a conta para as traba-

lhadoras e trabalhadores através de ataques aos seus direitos e ajustes fiscais. Vimos isso em toda a Europa e mais fortemente no exemplo da Grécia.

Nesses vários episódios, vemos as movimentações de resistência da classe trabalhadora a esses ataques. Vemos as lutas na Europa, na China e inclusive na Índia, por condições mínimas de vida para os trabalhadores e suas famílias. Lutas que vão desde o salário mínimo na Índia até a manutenção de direitos básicos em vários países europeus.

É preciso fortalecer nossa solidariedade ativa de classe, inclusive internacionalmente, com foco na construção de base dos movimentos de trabalhadoras e trabalhadores.

REORGANIZAR NOSSA CLASSE, RESGATANDO E EFETIVANDO PRINCÍPIOS NA PRÁTICA POLÍTICA

Nessa atual conjuntura, de ataque aos direitos da classe trabalhadora e a consequente onda conservadora de ideias e valores¹⁷, é necessário contribuir na reorganização das trabalhadoras e trabalhadores através de princípios políticos que devem ser desenvolvidos na prática política. É preciso romper com a

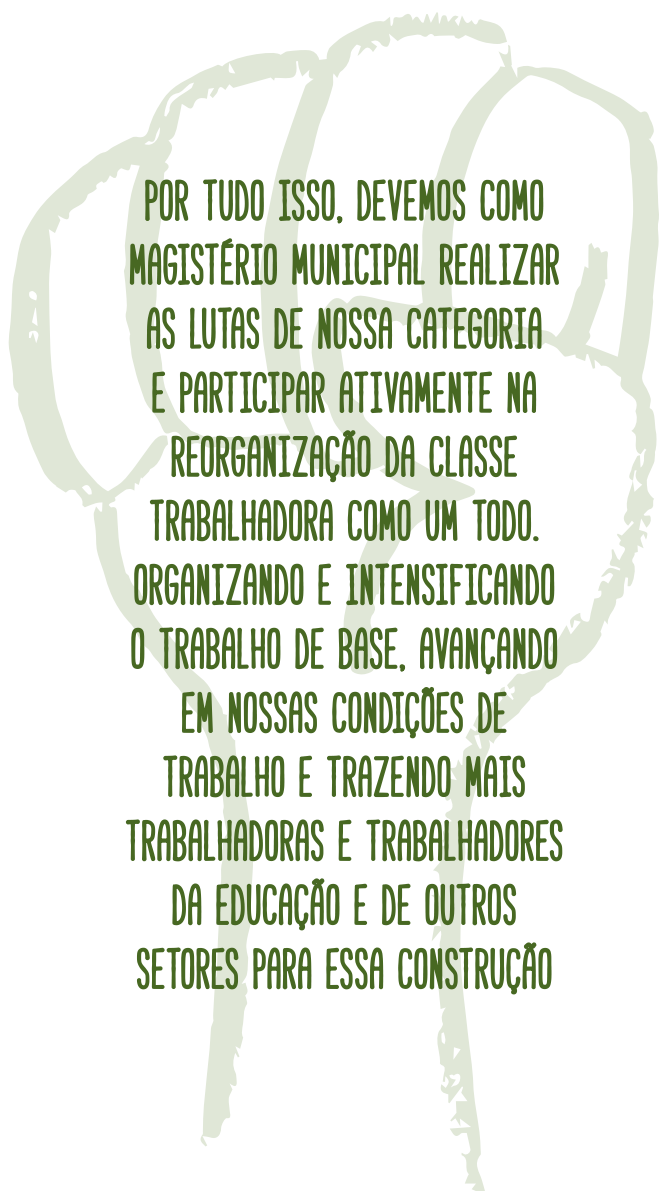
polarização entre aqueles que embarcam na crítica da direita e querem um golpe para tirar Dilma e PT do governo federal e aqueles que defendem o atual governo, mas não se opõem de fato às medidas de terceirização e redução do salário, como o PPE.

Precisamos reorganizar nossa classe atra-

17 Exemplos dessa onda conservadora são o projeto de redução da maioria penal, que foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora tramita no Senado, e a censura ao debate sobre gênero e diversidade nas escolas, que em várias cidades do país, inclusive em Curitiba, foi barrado dos Planos Municipais de Educação.

vés de nossas pautas e não de interesses de parlamentares e governantes, independente de qual partido representem. Devemos intensificar a luta contra os ataques dos mais diversos governos – sejam eles do PT, PSDB, PMDB, DEM e seus auxiliares – que jogam nas costas das trabalhadoras e trabalhadores do Estado e da população trabalhadora a dívida que produziram para garantir as demandas do Capital. O resultado disso tem sido calote nos salários, ataques à Previdência e a piora no já precário serviço público, como educação, saúde, saneamento.

É preciso intensificar a luta também contra esse Congresso Nacional, servil aos interesses dos patrões. Eduardo Cunha (PMDB) e sua tropa já produziram muitos exemplos dessa subserviência: foram ligeiros em aprovar as medidas provisórias do governo Dilma que atacam direitos, como o seguro-desemprego, o pagamento do PIS/PASEP, as pensões e o projeto de terceirização dos patrões. Junto a isso mais ataques, como a proposta de redução da maioria penal que quer colocar na cadeia os filhos de nossa classe. E, com seus discursos e projetos de lei, a homofobia e a violência contra as mulheres é estimulada.



POR TUDO ISSO, DEVEMOS COMO
MAGISTÉRIO MUNICIPAL REALIZAR
AS LUTAS DE NOSSA CATEGORIA
E PARTICIPAR ATIVAMENTE NA
REORGANIZAÇÃO DA CLASSE
TRABALHADORA COMO UM TODO.
ORGANIZANDO E INTENSIFICANDO
O TRABALHO DE BASE, AVANÇANDO
EM NOSSAS CONDIÇÕES DE
TRABALHO E TRAZENDO MAIS
TRABALHADORAS E TRABALHADORES
DA EDUCAÇÃO E DE OUTROS
SETORES PARA ESSA CONSTRUÇÃO

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTOS

Construir material permanente de conjuntura geral, potencializando nossas ações como categoria a partir dessas análises.



TESE II

SISMMAC EM
MOVIMENTO! QUEM LUTA
FAZ HISTÓRIA!



A crise capitalista internacional iniciada nos EUA em 2008, continua a se aprofundar com desaceleração e instabilidade econômica, particularmente nos Estados Unidos, Europa, Japão e China, e aumento do desemprego e da pobreza no mundo. O sistema financeiro internacional

também continua sem mecanismos de controle e mantém-se o mercado especulativo fortalecido, através de políticas e programas de apoio dos governos que protegem o interesse dos grandes bancos em detrimento do salário, emprego e direitos de milhões de trabalhadores, trabalhadoras e jovens em todo o mundo.

Além disso, a guerra continua sendo um poderoso e brutal mecanismo de ingerência sobre a soberania nacional de países periféricos, mantendo a indústria bélica como um importante setor de valorização do capital e destruição de forças produtivas, especialmente de vida humana.

Ao mesmo tempo, persiste o discurso de solução para a crise baseada na política neoliberal que a gerou, com aumento da taxa de juros levando ao aumento da relação dívida/PIB com políticas recessivas e aperto fiscal, reduzindo a capacidade de planejamento e ação dos Estados. Na esteira da redução dos gastos públicos vem a pressão pelas reformas previdenciária e trabalhista para retirar direitos e desregular as relações de trabalho, com arrocho salarial e diminuição dos investimentos em políticas públicas.

No plano internacional, duros ataques são dados pelo imperialismo, que tenta retomar o controle e o espaço perdidos e mira nos direitos e nas conquistas dos trabalhadores.

Pressionados, os povos e as nações estão sendo submetidos, nos últimos anos, a rigorosos planos de ajustes fiscais, que criam um cenário de desemprego, arrocho e recessão tal como verificado na Grécia recentemente.

Para fazer superávit fiscal primário, o governo brasileiro deu uma guinada na política econômica em contradição com a vontade expressa nas últimas eleições pela população que elegeu Dilma contra o que representa Aécio Neves/PSDB.

O governo Dilma adotou medidas de ajuste fiscal como parte de uma política recessiva e de arrocho, que penaliza a classe trabalhadora.

A nova política econômica - Plano Levy

- vem paralisando o país com cortes de gastos em obras (PAC), em universidades públicas, no FIES, nos ministérios e aumento dos combustíveis, da energia elétrica, causando muita insatisfação. Como se isso não bastasse, o impacto da crise na Petrobrás já começa a causar desemprego, processo que tende a se acentuar.

A defesa da Petrobras como patrimônio brasileiro vai além do combate à corrupção. A corrupção deve ser severamente punida, atingindo corruptos e corruptores.

As denúncias de corrupção na Petrobrás não podem servir de justificativa oportunista para se acabar com o regime de partilha do pré-sal e retirar a Petrobrás como operadora única do pré-sal. O Projeto de Lei 131/2015 do senador José Serra do PSDB, feito sob encomenda para as multinacionais, abre as portas para a privatização da nossa maior empresa pública, responsável por cerca de 13% do PIB brasileiro, colocando em risco o financiamento das verbas para a educação previstas nas leis dos royalties (75% para educação e 25% para a saúde).

Os impactos já começam a aparecer. Com a paralisação de contratos e obras, por conta da operação da polícia federal, uma enorme onda de demissões e de desemprego nas 24 empreiteiras envolvidas na operação se organiza, o que deve impactar diretamente na geração de empregos, pois sozinhas essas empreiteiras são responsáveis pela geração de 14% dos empregos formais brasileiros.

No Brasil a taxa de desemprego vem subindo chegando a cerca de 7% (ainda abaixo dos mais de 12% da época de FHC), mas coloca um sinal de alerta a todos os movimentos sociais.



Em doze anos de governos petistas, os trabalhadores foram a luta e arrancaram aumentos reais de salário. A política de valorização do salário mínimo e o baixo desemprego fizeram a massa de renda dos trabalhadores crescer. Mas isso está indo pelo ralo com o Plano Levy.

Diante da crise econômica e social, o golpismo é realimentado e orquestrado por setores reacionários: movimentos de direita, de tendências fascistas (clamando por intervenção militar!), com apoio de PSDB, do PMDB, da bancada BBB (do boi, da bala e da bíblia). Porém, não faltaram vozes em defesa da “unificação do país”.

Entre elas, entidades patronais como FIESP, FIRJAN, o presidente do Senado Renan Calheiros, mais os ministros da Fazenda Joaquim Levy e do Planejamento Nelson Barbosa, apresentaram ao país um conjunto de propostas chamadas de “Agenda Brasil”.

Entre as propostas de “unidade nacional” estão aumentar desvinculação das receitas orçamentárias pondo em risco as verbas sociais, aprovar a liberação total da terceirização (PLC 30), expansão da desoneração patronal na folha de pagamento, atacar a universalidade do SUS ao se propor que “os mais ricos devem pagar pelo SUS”, aumentar a idade da aposentadoria com o argumento fraudulento do déficit da previdência (desconsiderando a seguridade social que é superavitária).

A história da classe trabalhadora tem sido marcada pela luta pela conquista, defesa e ampliação de direitos. Sempre foi assim em outros países do mundo, não é diferente no Brasil. Ao desenvolver essa luta, a classe trabalhadora amplia as fronteiras da cidadania e fortalece a própria democracia. O princípio

que norteia essa luta é que os direitos devem ser ampliados, nunca diminuídos.

A conjuntura brasileira mostra, mais uma vez, como esse princípio e essa tradição de luta são atuais. É com luta e com ação de massas, com a classe trabalhadora nas ruas, que fazemos a defesa do emprego e dos direitos trabalhistas.

MOVIMENTO SINDICAL:
UNIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

As mobilizações e paralisações nos dias 13 de março, 29 de maio e 20 de agosto de 2015 que ocorreram por todo o Brasil, chamadas pela CUT, tendo por base as lutas contra o PL 4330, agora PLC 30 (que libera a terceirização), as MP's 664 e 665 (que restringiram acesso a benefícios sociais e previdenciários) contra a privatização da Petrobrás, em defesa da Constituinte pela reforma política, tiveram um protagonismo acertado ao construir uma aliança com os movimentos sociais comprometidos com a defesa da democracia, contrários ao Plano Levy e ao golpismo orquestrado pela direita e estimulado pela mídia.

As condições da economia brasileira são difíceis e não se pode relativizar a crise, que é de âmbito internacional. É por isso que os movimentos sindical e sociais (CUT, CNTE, MST, UNE) cobram, imediatamente, a mudança da política econômica do governo de Dilma Rousseff e o fim das agendas do presidente do Senado, Renan Calheiros, e do ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

A crise econômica não se combate com ajuste fiscal (sem qualquer mudança da estrutura tributária regressiva e injusta), privilégios

à especulação, recessão e criminalização dos salários.

Enfrentamento à crise se faz com reforma tributária. Estudo do IPEA mostra que, enquanto as famílias mais pobres têm uma carga tributária de 32% de sua renda, as mais ricas têm apenas 21%.

É necessário que o sistema tributário seja progressivo, socialmente justo para reduzir as desigualdades de distribuição de riqueza e renda, e que possibilite o Estado a oferecer um sistema de gastos públicos que promova a igualdade de acesso e oportunidades.

Enfrentamento à crise se faz com política de valorização real do salário mínimo, fortalecimento das aposentadorias, aumento dos salários e geração de empregos; com a redução da jornada de trabalho sem redução de salários e sem a rotatividade no emprego; fortalecimento da agricultura familiar e Reforma Agrária; organização sindical no local de trabalho e combate às práticas anti-sindicais.

Enfrentamento à crise se faz com a implementação do piso nacional da educação, destinação de 10% do PIB para a Educação, com o fim das privatizações de portos, estradas e aeroportos, com maior controle público sobre os setores estratégicos da economia nacional.

A CUT, a CNTE e demais entidades dos movimentos sociais estão certas ao exigir mudanças na atual política econômica.

A CNTE que realizou em agosto uma plenária nacional está correta ao chamar todas as entidades filiadas a lutarem pela efetivação do PNE (Plano Nacional de Educação), visando se chegar a 10% do PIB dos investimentos em educação. São bandeiras da CNTE que defendemos:

- 1) Equiparação da remuneração dos professores com profissionais de mesma formação.
- 2) Exigir o cumprimento da Lei do Piso na sua totalidade.
- 3) Contra os parcelamentos e atrasos nos salários dos profissionais da educação propostos por diferentes governos em nome da "crise".
- 4) A necessidade em se regulamentar o Custo Aluno Qualidade.
- 5) Garantir que os recursos dos royalties e do Fundo Social do Pré-sal sejam revertidos para a educação.
- 6) Piso nacional aos funcionários de escola.

No Estado do Paraná, colegas professores da rede estadual sentiram a política do ajuste ao ver as mudanças aprovadas pelo governo Beto Richa (PSDB) e pela bancada do camburão em sua aposentadoria, colocando em risco a aposentadoria futura dos servidores estaduais. Para isso o governo Richa se armou e empenhou contra os professores duas horas de bombas e balas de borracha, tendo como saldo o saque do fundo previdenciário e mais de 200 pessoas feridas no massacre do dia 29 de abril. A partir daí o governo recusou-se a

pagar na íntegra a data base em 1º de maio, propondo primeiro zero e depois o parcelamento. A postura do governo a partir daí em não mais negociar, para esperar o enfraquecimento do movimento e tentar jogar a sociedade contra a categoria ficou claro para todos e todas.

A ampla unidade da categoria durante a mobilização dos professores da rede estadual por meio da APP-Sindicato permitiu que na primeira fase da greve, a carreira, os quinquênios, o chamamento dos concursados aprovados (e que tinham sido descartados) e todos os projetos extracurriculares fossem preservados. Porém, apesar da frustração na questão do assalto à previdência na segunda fase da greve, a categoria saiu fortalecida do ponto de vista da consciência sindical e o prestígio do governador e da bancada do camburão desceram ladeira abaixo.

A solidariedade aos colegas da rede estadual e a unidade demonstrada durante a greve são exemplos que a nossa categoria municipal deve se espelhar diante da conjuntura de enfrentamentos com políticas de cortes/ajustes seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

EIXO III

PROGRAMA DE TRABALHO PARA A DIREÇÃO DO SISMMAC

PLANO DE TRABALHO E LUTAS

O SISMMAC deve fazer a luta para:

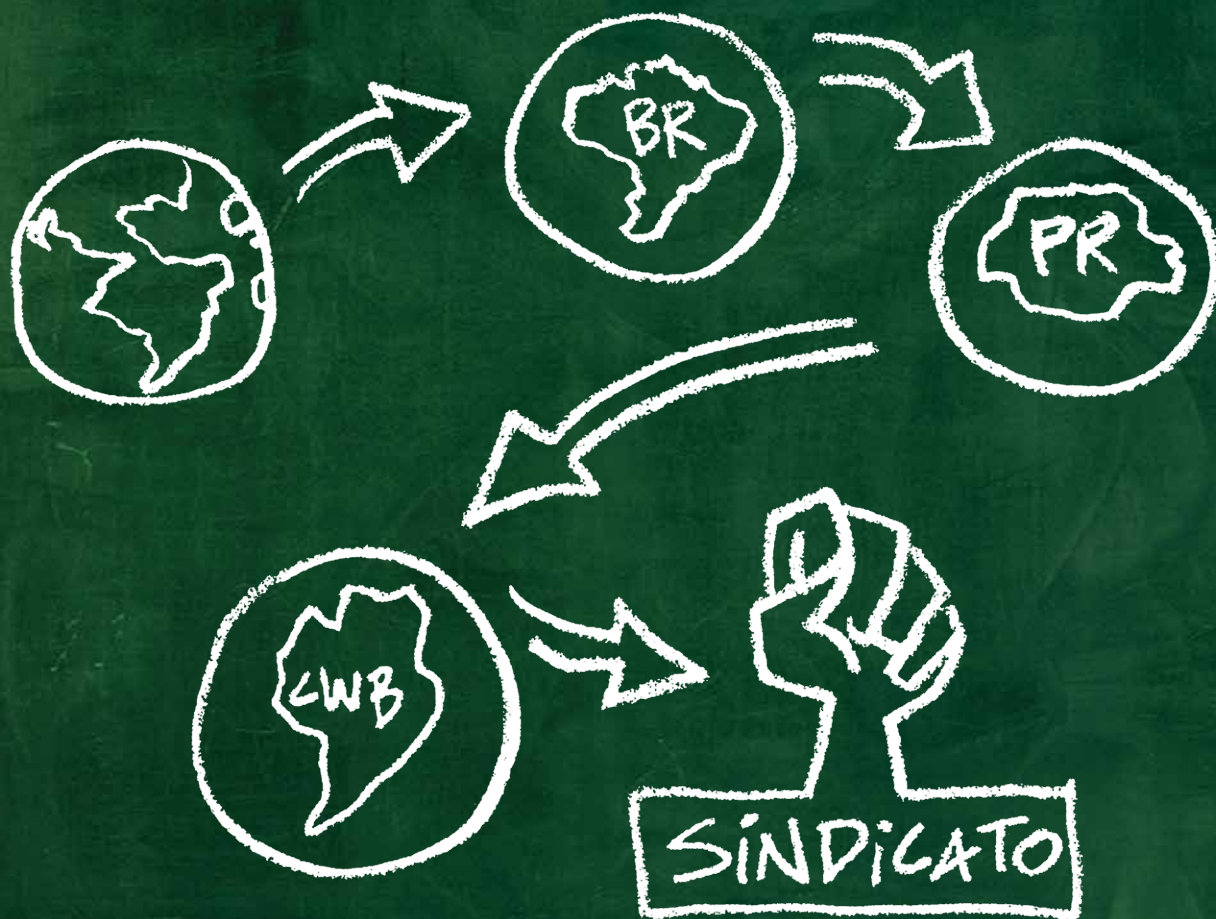
- » Garantir aumento salarial real, acima da inflação, o que não ocorre desde 2012.
- » A efetivação dos 33% da hora-atividade conforme prevê a Lei do Piso nacional.
- » Exigir a contratação de mais profissionais, realização de novo concurso público para docência I e o chamamento dos aprovados no último concurso de docência II.
- » Não existe qualidade profissional com salas de aula superlotadas. Redução no número de alunos por turma!
- » Garantir o enquadramento correto dos servidores no novo Plano de Carreira.
- » Exigir do prefeito Gustavo Fruet a retirada das faltas dos trabalhadores relativas à greve de 2014.
- » Lutar pela garantia de 30% do orçamento municipal para a Educação.
- » Rever a política de retorno nas férias coletivas de profissionais em Licença para Tratamento de Saúde e Licença Gestante.
- » Sobre o 6º ao 9º ano: realizar o debate sobre o fechamento de turmas, o não envio de cartas aos alunos do 5º ano para estes se matricularem na série seguinte, colocando em risco a permanência da rede de 6º ao 9º no município.

Assinam a Tese: Adevaldo da Silva (EM CAIC Bairro Novo), Adriana Ótica (EM Paulo Freire), Alice Nascimento Destri (EM Cel Durival de Brito e Silva), Aline Chalus Vernick Caríssimi (Licenciada para Estudos), Alda Sampaio (EM Dona Pompília), Ana Denise Ribas de Oliveira (EM Papa João XXIII), Ana Lúcia Drumond (EM Dona Pompília), Ângela Maria de Castro (EM Dona Pompília), Ana Paula Pilato (EM Maringá), Cláudia Caraméz (EM Herley Mehl), Elecy Maria Luvizon (Aposentada), Giovana Staches (EM Dona Pompília), Kathleen Marczynski (EM Joaquim Távora), Loric Kuhn Corsi (CEI Monteiro Lobato), Marcela Bonfim (EM Prof. Brandão), Maria Eli Correia (EM Dona Pompília), Marina Andretta (CEI Monteiro Lobato), Marina de Godoy (EM Erasmo Pilotto), Patrick Leandro Baptista (CAIC Cândido Portinari), Rosana Silva Pereira (EM João Amazonas), Rosângela de Cassia Munhoz (EM Dona Pompília), Rosemary Ribas Bertaia (CEI Monteiro Lobato), Rute Conceição P. Santos (EM CAIC Bairro Novo), Sílvia Regina Pacheco de Camargo (EM Dona Pompília), Simeri de Fátima Ribas Calisto (EM Rio Bonito), Tamara Juliana Andrade (EM Maringá), Terezinha Ternoski de Camargo (EM Dona Pompília), Thais Cristina Vandersen Lipski (EM Dona Pompília), Vilma Ramos (CEI José Cavalin).



TESE III

CONTRIBUIÇÃO
AO DEBATE DO 11º
CONGRESSO DO SISMMAC



CONJUNTURA INTERNACIONAL

1 Em 2008, o capitalismo sofreu o que muitos já reconheceram como a crise mais profunda desde a década de 1930 e, em termos de alcance, possivelmente na história. O colapso inicial no comércio mundial foi muito pior do que no primeiro ano da Grande Depressão. Os estrategistas burgueses fica-

ram em estado de pânico abjeto. “A produção industrial global acompanha horrivelmente de perto o declínio da produção industrial durante a Grande Depressão”, escreveu Martin Wolf, economista-chefe do Financial Times (FT). “Sem a Europa, o declínio da produção industrial da França e da Itália foi pior do que a esta altura na década de 1930. O declínio

nos EUA e no Canadá também está muito perto daquele nos anos 1930. Mas o colapso industrial do Japão foi muito pior do que nos anos 1930, apesar de uma recuperação muito recente” (FT, 16/09/09).

2. A catástrofe de 2008 não foi, certamente, uma crise comum. Dada a sua profundidade e severidade, sem dúvida não haveria uma recuperação rápida, o que os economistas burgueses sérios foram forçados a reconhecer. O crédito, que serviu para prolongar o auge pré-crise, agora se transformou em uma montanha de dívidas.

3. A cada indicador levemente positivo a burguesia tenta enxergar uma luz no fim do túnel. Os EUA seguem com um baixo e lento crescimento, a Europa ficou seis trimestres consecutivos em recessão e teve uma leve alta de 0,3% no 2º trimestre de 2013, a China segue desacelerando, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) chinês, que foi de 11,9% em 2007, fechou 2012 em 7,8% e em 4º trimestre de 2013, é impossível para a China manter o alto crescimento com os principais consumidores (EUA, Europa, Japão) afogados na crise. Isso também afeta os países que exportam para a China, Brasil entre eles. A economia, o sistema, é global. A crise também é.

4. Os governos de diversos países salvaram com dinheiro público empresas e bancos “grandes demais para quebrar” na crise que explodiu em 2008, com isso elevaram enormemente as dívidas públicas. Na Grécia a dívida supera 160% do PIB do país, na Itália ultrapassa 130% do PIB. A conta está sendo

paga com as medidas de austeridade. Cortes nos direitos e conquistas dos trabalhadores, privatizações, aumentos dos impostos, demissão, precarização das relações de trabalho e destruição dos serviços públicos.

5. Em outros termos – a saída utilizada pelo capital no início do século (2000) com o aumento desenfreado do crédito – pessoal e para empresas – com o objetivo de manter e aumentar o nível de consumo chegou a um limite (2008), levando a uma crise de superprodução generalizada que só pode ser superada, significativamente, com a destruição de forças produtivas. Para tal, cumprem o seu papel, hoje, as medidas de ataques aos direitos do proletariado e das massas em geral e também as guerras localizadas.

6. O desemprego na Europa chega a níveis alarmantes. Na Espanha, a taxa de desemprego, em maio de 2014, atingiu 26,9%, na Grécia 27,6%, em Portugal 17,6%, na Itália 12,2%. Os jovens são os mais afetados. Na Grécia, no 1º semestre de 2014, 64,9% dos jovens estavam desempregados.

7. Desemprego e diminuição de gastos públicos provocam queda na demanda, o que, por sua vez, provoca o aprofundamento da crise. O que podemos esperar são anos de austeridade e destruição ataques à classe trabalhadora.

8. O dado de que tecnicamente a União Europeia saiu da recessão com o crescimento de 0,3% do PIB no segundo trimestre de 2013 precisa ser olhado mais a fundo. Em compara-

ção com o mesmo período de 2012 não houve crescimento, mas queda de 0,2%. Além disso, o “crescimento” foi puxado pelas principais economias (Alemanha, França e Reino Unido), enquanto isso, Itália, Espanha e Holanda, quarta, quinta e sexta maiores potências, continuam em recessão, com índices de -0,1% e -0,2% do PIB. Este é um crescimento muito frágil depois de uma longa e profunda queda.

9. O PIB dos EUA cresceu 2,8% em 2012, nos dois primeiros trimestres de 2013 o crescimento ficou abaixo dos 2%, 1,1% no primeiro e 1,7% no segundo. Esse crescimento, mesmo que baixo, teve a influência da entrada em vigor do ajuste fiscal que impôs cortes nos gastos públicos e aumento dos impostos. A indústria militar também cumpriu seu papel, expandindo seus ramos ligados à indústria de armamentos. Tanto a General Motors, quanto a General Electric, a Boeing, e outras grandes empresas dedicam a maior parte da sua atividade para produção de ‘equipamentos de defesa’. Entretanto, tal caminho possui limites e uma diferença fundamental com o pós- guerra. Em 1945, os EUA eram o maior credor mundial e detinham 80% de todo o ouro da Terra. Com este tesouro financiaram com dinheiro público o complexo industrial militar, expandiram sua posição pelo mundo econômica e militarmente. Hoje, os EUA é o país mais endividado do planeta e é obrigado a promover cortes inclusive no Orçamento da Defesa.

10. A agonia do capitalismo no interior do seu império mais poderoso ficou escancarada

com a falência da cidade de Detroit. Detroit é o berço da GM, Ford e Chrysler, a Capital do Automóvel. Hoje, o que domina na cidade é o abandono e a decadência. Tem o maior índice de criminalidade do país, 40% dos moradores estão abaixo da linha de pobreza, mendigos tomam as ruas, apenas um terço das ambulâncias públicas funcionam, metade dos sinais de trânsito parou de funcionar há muito tempo. São os sinais da decadência capitalista no seu coração.

11. Vivemos a maior crise do capitalismo desde a década de 1930. Crise que na ocasião só foi “resolvida” com a II Guerra Mundial (1939-45) e a destruição imensa de força produtivas. Hoje, novamente, o capitalismo em crise tem a necessidade de destruir forças produtivas, mas não tem ainda as condições políticas necessárias para entrar em uma nova guerra mundial e não necessariamente vai conseguir criá-las. Por outro lado as imensas força produtivas que foram criadas voltam-se contra a própria humanidade – os efeitos dos desastres de usinas nucleares como a Fukushima ainda não podem ser medidos totalmente, a utilização de “uranio empobrecido” nas guerras regionais, o craqueamento químico do Xisto Betuminoso e a possibilidade de envenenamento da água, o envenenamento das abelhas (dois terços dos enxames de abelhas, responsáveis por boa parte da polinização e plantação dos EUA, morreram), tudo isso mostra que o capital não consegue controlar suas próprias criações.

O PROLETARIADO E A JUVENTUDE ENTRAM EM CENA

12. Ao redor do mundo o proletariado e a juventude entram em cena demonstrando disposição em lutar e resistir. Vão às ruas apesar da repressão, da criminalização e da traição dos dirigentes sindicais e partidários. Na Grécia, milhares de greves por categoria e mais de 30 greves gerais foram realizadas desde 2008, mas greves gerais com tempo determinado, de 1 ou 2 dias, que serviram mais para aliviar a pressão sobre os dirigentes e cansar os trabalhadores e não para de fato encurralar o governo. Os dirigentes sindicais se recusam a chamar uma greve geral por tempo indeterminado, apesar das seguidas demonstrações de disposição de luta da classe trabalhadora e da juventude grega.

13. Uma pesquisa realizada em dezembro de 2012 na Grécia revela que 63% das pessoas querem uma mudança fundamental na sociedade, enquanto 23% querem uma revolução. De fato, 86% olham para a revolução como o caminho a ser seguido. No restante da Europa as mobilizações seguem, greve geral em Portugal e a volta às mobilizações da canção “Grândola Vila Morena”, hino e senha para o início da Revolução dos Cravos. Greves gerais e de categorias na Espanha, revolta da juven-

tude na Suécia, mobilizações na França, Reino Unido e Alemanha. Mas as direções sindicais são absolutamente conservadoras e presas à conciliação de classes. Isso cria um impasse e o cansaço, mas nada está resolvido. As massas na Europa não estão derrotadas, querem resistir e essa política conciliatória não pode apresentar nenhuma saída real.

14. Com o aprofundamento da crise, o humor das massas está mudando. Em todos os lugares, há uma reação contra as políticas de austeridade. Isto é percebido por um setor da burguesia. Há limites claros para o que as pessoas podem tolerar. Estes limites estão sendo alcançados. No período do boom, apesar do excesso de trabalho e do aumento da exploração, muitos trabalhadores podiam encontrar uma saída através de soluções individuais, como horas extras. Agora essa avenida está fechada. Somente através da luta será possível defender as condições existentes, muito menos garantir melhores. Agora, a psicologia dos trabalhadores está mudando fundamentalmente. Há um clima de raiva e amargura. Durante um período, todas as velhas ilusões reformistas serão purgadas da consciência da classe trabalhadora, que se endurecerá na luta.

CONJUNTURA NACIONAL

15. A conjuntura no Brasil, ligada à situação internacional, está marcada pelo agravamento da crise econômica e por um clima de polarização entre as classes. Isto provoca uma constante modificação e viradas bruscas na situação política. O capital internacional imperialista e sua sócia menor, a burguesia brasileira, vem exigindo o aprofundamento das políticas de austeridade como saída para crise econômica.

16. As ondas da crise econômica mundial do capitalismo vieram avançando lentamente desde 2008 e agora atingem em cheio o Brasil. A política econômica desenvolvida na última década pelo governo do PT em colaboração de classes com a burguesia consistiu em desenvolver ao máximo a política do “mercado” e de “quanto mais capitalismo melhor”, através da inflação de crédito e endividamento. Junto com isso aprofundou a economia exportadora de produtos agro-minerais, cuja alma é o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e a tomada do campo brasileiro pelo capital internacional, o agronegócio. Os anos dourados do falso crescimento econômico do governo Lula agora se transformam em pesadelo com a economia ainda mais vulnerável às oscilações do mercado mundial.

17. Segundo o IBGE a produção industrial brasileira apresentou recuo de 3,2% no mês de julho de 2015 se comparado ao mesmo mês no ano passado. É o 16º resultado negativo. Na compa-

ração semestral a queda é de 6,3%. A produção de bens de capital (máquinas, instalações) despencou de -11,2% para -20%. O setor de bens duráveis segue o mesmo caminho, de -10,1% no segundo semestre de 2014 para -14,6%.

18. Assim como ocorre no epicentro da crise econômica, na Europa e nos Estados Unidos, a receita defendida pela burguesia brasileira, sócia menor do capital internacional, consiste em atacar todos os direitos da classe trabalhadora, todas as conquistas sociais, todos os benefícios. Com o claro objetivo de aumentar a taxa de exploração do proletariado impondo às massas populares o ônus da crise. Este é o sentido da política de austeridade defendida ferozmente pela burguesia através de todos os seus meios de comunicação e aplicada pelo governo Dilma.

19. A política promovida pelo governo federal, a serviço dos interesses da burguesia, pode ser sintetizada no aumento da taxa básica de juros (Selic), manutenção do pagamento da dívida Interna e Externa e no Ajuste Fiscal que inclui cortes no investimento em serviços públicos, retirada de direitos da classe trabalhadora, privatizações e criminalização dos movimentos sociais. Além disso, uma série de projetos de lei, de iniciativa do legislativo, que atacam diretos e conquistas do proletariado e da juventude.

20. O aumento da taxa básica de juros (Selic) provoca um aumento no lucro dos bancos que são detentores dos papéis da dívida pública.

Em um período de desaceleração econômica, cortes nos gastos públicos, demissões e retirada de direitos, os únicos, por opção do governo, que continuam a encher os bolsos é a burguesia organicamente ligada ao capital financeiro. Recentemente o Bradesco comprou o HSBC por 5 bilhões e anunciou o maior lucro trimestral da história e o ITAÚ acaba de anunciar mais um recorde em seu lucro trimestral.

21. Essas medidas são operadas com a finalidade de gerar superávit para pagar os juros da dívida pública. Em 2014, o governo federal gastou R\$ 978 bilhões com o pagamento de juros e amortização da dívida pública, o que corresponde a 45,11% do orçamento. Em 2015, a perspectiva, proposta pelo Executivo, é de reservar R\$ 1,365 trilhão para gastos com a dívida o que corresponde a 47% de toda a arrecadação. Ou seja, metade do que o país produz e arrecada é enviado para “engrossar” a já volumosa conta da burguesia imperialista (bancos e grandes industriais). Enquanto áreas como saúde e educação os investimentos, em 2014, foram de 3,98% e 3,73% respectivamente.

22. O Ajuste Fiscal, já aplicado, promoveu redução drástica nos investimentos em serviço público. Todas as áreas sofreram cortes, chegando a um total de R\$ 39,38 bilhões. Na saúde a “tesourada” foi de R\$ 11,7 bilhão e na Educação R\$ 9,4 bilhão. Tudo para manter o pagamento da dívida pública. Além disso, foram aprovadas as MPs 664 e 665, que cortam conquistas previdenciárias, reduzem direitos no seguro desemprego e no abono salarial. Como também, a proposta de abertura de capital da Caixa Econômica Federal e a pri-

vatização por partes da Petrobrás. Sem falar em portos, aeroportos e rodovias entregues à iniciativa privada durante o mandato anterior de Dilma.

23. Se não bastassem todos esses ataques o governo federal encaminha ao legislativo um projeto de lei (2016/2015) que busca tipificar “ações de terrorismo”. Na verdade a proposta procura restringir direitos e enquadrar manifestantes, grevistas e movimentos sociais como terroristas. Alinhada com essa proposta existe o PL 6268/09 de autoria Maurício Lessa (PR), que busca punir os métodos históricos de ação da classe trabalhadora como ocupar vias públicas. Esse é o resultado da polarização da luta de classes no país.

24. Porém, o governo Dilma não está sozinho na abjeta tarefa de atacar direitos e as condições de existência da classe trabalhadora. O legislativo, não faz por menos. Além de aprovar as medidas do governo, apresenta um conjunto de proposições que visam retirar direitos e ampliar a exploração do proletariado e da juventude brasileira.

25. O projeto de lei PL 4330 de autoria de Sandro Mabel (PMDB-GO), aprovada pelo Congresso Nacional, propõem ampliar as terceirizações no Brasil para as atividades fins, liberando geral a precarização das relações de trabalho. Permitindo que as empresas demitam e recontratem por salários e condições de trabalho inferiores. Segundo o DIEESE, os trabalhadores terceirizados possuem uma remuneração média 24,7% inferior comparada empregado diretamente, trabalham 7,5% de horas a mais, além da alta

rotatividade e 80% dos acidentes do trabalho, registrados, serem com trabalhadores ligados às empresas terceirizadas.

26. Não é só isso. O senador Renan Calheiros (PMDB) apresentou recentemente, em uma linha de “unidade nacional”, um conjunto de proposições, apelidado de “Agenda Brasil”, apoiado por Dilma, que contempla uma quantidade significativa dos maiores sonhos da burguesia. Entre elas podemos destacar: a) fixação e aumento da idade mínima para aposentadoria; b) SUS pago; c) proibição, da justiça, determinar liminares contra empresas de saúde por falta de atendimento; d) aumento das privatizações (“concessões”); e) terceirização sem fronteiras, com a empresa contratante sem responsabilidade com o terceirizado, “segurança jurídica nos contratos”, quer dizer, tenha ou não investigação de propina, tenha ou não mudança de lei, os “contratos” com o serviço público serão pagos pelo Estado (PL 4330); f) redução ou fim das restrições ambientais para obras e

empreendimentos; g) abertura das terras indígenas para exploração (mineração e agricultura, principalmente). Entre outras. Sim, é o sonho da burguesia.

27. Os office boys (governo e parlamentares) da burguesia não estão sozinhos na “dura” missão de aumentar os lucros e ampliar a exploração. Existem dirigentes sindicais que também, colocam-se a serviço. Recentemente, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e setores da direção da CUT e outras centrais, em colaboração com o governo e empresários, apresenta a proposição de um “Programa de Proteção ao Emprego” (PPE) que na verdade, é um plano de proteção do empresário, pois reduz o montante pago ao empregado na mesma proporção da redução do horário de trabalho (uma redução possível de até 30%) e tem o governo como fiador (o governo contribui pagando 15% do salário do trabalhador e o trabalhador “contribui” com a força, tendo seu salário reduzido em 15%).

A CLASSE TRABALHADORA E A JUVENTUDE REAGEM

28. Toda a luta conjunta dos trabalhadores – em especial as greves e manifestações de massas – que ultrapassam os limites reivindicativos imediatos, colocam as questões da organização política da luta, questões que contém em germe um desafio ao poder capitalista. Essa tem sido a tendência geral no curso atual das lutas de classes. A clas-

se trabalhadora segue forte no caminho da sua luta.

29. Desde a virada da situação política ocorrida com as jornadas de junho de 2013 a classe trabalhadora, semi-espontaneamente, vem recorrendo às greves de massas, utilizando seus próprios métodos de luta de classe, atro-

pelando pelegos, transbordando os limites sindicais e pondo em movimento amplos setores das categorias antes apáticos ou apoiadores silenciosos das ações sindicais.

30. Alguns exemplos mostram a força deste movimento. No Paraná, uma greve de massas de trabalhadores em educação é deflagrada no início de fevereiro e contagia outras categorias do funcionalismo público estadual. Em janeiro, em São Bernardo do Campo, ABC paulista, a Volkswagen rompeu os acordos com o sindicato e anunciou a demissão de 800 funcionários. No dia 14 estourou a greve atingindo os três turnos da empresa, com a paralisação de toda a produção envolvendo os 13 mil funcionários. Só funcionou precariamente o setor administrativo. Os operários da Volks enfrentaram a patronal durante 11 dias e não arredaram o pé. Não só fizeram greve como foram para a rua se manifestar fechando a via Anchieta. A Volks foi obrigada a recuar e cancelou as 800 demissões.

31. A estes movimentos se soma a greve dos professores do Estado de São Paulo, realizando mobilizações da categoria como não se via há muito tempo. Das recentes greves operárias nas montadoras que preparam ou encaminham demissões, greve do funcionalismo público federal e da greve dos servidores públicos do Rio Grande do Sul que estão recebendo seus salários pela metade.

32. Todos esses movimentos dão sequência às expressivas greves ocorridas no primeiro semestre de 2014, como a dos garis do Rio de Janeiro, de rodoviários, metroviários de SP, bancários, funcionários públicos, correios, etc., com muitas delas passando por cima das direções sindicais e ganhando um caráter de massas.

33. Estas greves expressam no terreno sindical a polarização e a luta entre as classes na situação atual. Estas greves de massas, assim diversas e numerosas, transbordando as direções sindicais, são muito semelhantes ao movimento que se desenvolveu no final dos anos 70 e início dos 80, dando surgimento ao PT e à CUT, enterrando a ditadura militar.

34. O que está em jogo é um crescente antagonismo entre a burguesia e o proletariado. Entre as massas cresce um descrédito enorme e mesmo um ódio contra “tudo o que está aí”, ou seja, as instituições do capital, seus partidos e aqueles que os servem. O Brasil caminha, a passos largos, para uma situação onde o grito de “Que se vão todos” (Fora com todos) vai chegar massivamente às ruas e daí não vai sair enquanto não fizer saltar tudo, instituições e seus partidos e defensores. Será uma questão de sobrevivência social, política e cultural para as massas.

HAVERÁ UM GOLPE?

35. Com o enfraquecimento político do PT e do governo Dilma depois de junho de 2013, após a ruptura brutal operada do PT com suas bases sociais históricas em 2014, a oposição de direita decide passar à ofensiva política. Desde o final de 2014 e início de 2015, se viram nas ruas manifestações das mais espúrias e de setores minoritários que com a ajuda da mídia burguesa buscam se passar por multidões. São as manifestações onde homens e mulheres, eleitores regulares da direita, fazem “selfies” com policiais militares sorridentes e gentis.

36. Grupúsculos fascistas e oportunistas de direita, manifestantes pedindo a volta dos militares, ofensiva reacionária dos políticos fundamentalistas e de reacionários em geral, se lançaram à ofensiva contra o governo do PT, apesar da coalizão com a burguesia e da aplicação séria e decidida de todos os planos necessários para a gerência e sobrevivência do capitalismo no Brasil, como apontado anteriormente.

37. Cria-se um clima de que um golpe de estado está sendo gestado. Entretanto, neste momento a opinião que conforma a maioria da tendência burguesa é aquela que busca uma ampliação dos ataques “legais”, da pressão sobre o governo para que ele adote todas as medidas amargas necessárias ao Capital e uma ampliada desmoralização do PT e do governo com objetivo de liquidar a fatura nas eleições de 2016 e 2018. Pode ser que isso mude? Pode. Tudo pode. Mas não é o mais provável.

38. A burguesia tem um interesse fundamental: garantir o lucro de seus negócios. Os recentes recados dados por setores da burguesia para que, resumidamente, todos se esforcem para dar sustentação ao governo Dilma e para que seja retomada a estabilidade política e das instituições, tem exatamente esse sentido, deixar de lado as disputas políticas e que, todos juntos, enfrentem a crise garantindo o mais importante, os lucros dos capitalistas.

39. Em 6 de agosto, a Federação das Indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro (FIESP e FIRJAN) lançaram uma nota defendendo que “O momento é de responsabilidade, diálogo e ação para preservar a estabilidade institucional do Brasil” e que “É hora de colocar de lado ambições pessoais ou partidárias e mirar o interesse maior do Brasil”. Ou seja, é um claro puxão de orelha nos políticos da oposição, avisando que suas disputas e interesses particulares estão atrapalhando os negócios e que a hora é de unidade nacional.

40. No dia seguinte (7/8), o jornal O Globo lança o editorial “Manipulação do Congresso ultrapassa limites”, o texto vai mais fundo na crítica e coloca Eduardo Cunha como o irresponsável que, por interesses pessoais na sua luta para se salvar e se contrapor ao governo, manobra no Congresso para aprovar medidas “destinadas a explodir o Orçamento e, em consequência, queira ou não, desestabilizar de vez a própria economia brasileira”, é o que o jornal classifica como uma “clássica marcha

da insensatez". O editorial coloca que a sinalização do governo por um acordo suprapartidário para enfrentar a atual situação, é "Mais um teste de maturidade para os tucanos". Ou seja, um recado para o PSDB dar um fim à oposição sectária que vem fazendo, colocando-se contra as medidas de ajuste fiscal e apoiando as propostas de aumento de gastos, a chamada "pauta-bomba".

41. O editorial, após listar os prejuízos econômicos causados pela instabilidade política, conclui: "Tudo isso deveria aproximar os políticos responsáveis de todos os partidos para dar condições de governabilidade ao Planalto".

42. O jornal Financial Times agora também defende Dilma. Seu editorial, de 22/07, diz que a "Incompetência, arrogância e corrupção abalaram a magia do Brasil. Combinado com o fim do boom das commodities, tudo isso tem levado a oitava maior economia do mundo para uma recessão profunda. O escândalo de corrupção na Petrobras só agrava a podridão.", um "filme de terror sem fim". (...) "A seu favor (de Dilma, nota do autor), ela recuou da fracassada 'nova matriz econômica', conduzida em seu primeiro mandato. As taxas de juros subiram para combater a inflação. Seu rígido ministro da Fazenda procura cortar gastos. Essas correções necessárias, mas doloridas, cortaram os salários reais, afetaram o emprego e reduziram a confiança dos empresários".

43. O filme de terror sem fim é a agenda que o FT elogia. E por isso, em 17/8, conclui que apesar de "O descontentamento crescente no Brasil com Dilma Rousseff" ... "A presidente deveria permanecer no cargo, apesar dos apelos por impeachment", pois se ela deixar o cargo "provavelmente seria substituída por um outro político medíocre". Deve estar falando de Temer ou de Aécio, ou de Cunha ou de Renan.

44. Isso tudo só reafirma o que já vínhamos explicando, não é a opção do setor majoritário da burguesia, e também do imperialismo, o impeachment de Dilma, a tática é desgastar e sangrar o governo (com o cuidado de não matá-lo antes do tempo) para retomar o controle em 2018.

45. A burguesia é pragmática, sabe que as disputas políticas na atual situação podem tornar a crise econômica, que já é profunda, ainda pior. Por isso o clamor pela unidade nacional e a defesa de Dilma. Afinal, o PMDB, PSDB e também o PT (como prova as novas medidas do ajuste fiscal apelidadas de Agenda Brasil), estão a serviço da salvação do capitalismo. É hora de colocarem as diferenças de lado e trabalharem juntos por essa causa. Eles querem a Agenda Brasil e a Lei Antiterrorismo para atacar os movimentos sociais. Com as manifestações da direita enfraquecidas, e meio desmoralizadas, o impeachment continua a ser uma proposta marginal, mas que serve bem ao PT e ao governo como espantalho.

CONJUNTURA ESTADUAL

46. No Paraná, o governo Beto Richa (PSDB) vem na mesma toada. Depois de quatro anos perdulários, providencia um choque de gestão radical às custas do funcionalismo e dos serviços públicos, como saúde e educação. E o movimento de massas volta a ganhar as ruas na capital paranaense. Mas, diferente do levante popular de 2013, composto majoritariamente por jovens, de grande heterogeneidade social e promovido por uma miríade de pequenas organizações de diferentes matizes ideológicas, o protagonismo esteve nas mãos de um grande setor da classe trabalhadora - o funcionalismo público do estado - apoiado nas suas organizações tradicionais, os sindicatos.

47. Muito ainda está por ser dito sobre a crise econômica e política do governo estadual. O obscurantismo da prestação de contas do estado apenas começa a ser decifrado. É evidente que a conjuntura da crise econômica mundial faz seu pano de fundo. Havia fortes indícios das dificuldades orçamentárias ainda no primeiro mandato. Em 2012, o governador não cumpriu a obrigação constitucional de destinar 12% da arrecadação para a saúde. No final de 2013, uma dívida de R\$ 1,1 bilhão com fornecedores e prestadores de serviços deixou parada parte das viaturas de polícia sem combustível ou à espera de manutenção. Telefone e internet também foram cortados. Faltaram alimentos nos quartéis e ração para os cachorros da PM. A situação te-

ria sido sanada com a liberação de empréstimos do governo federal, créditos internacionais e saque dos depósitos judiciais. Não foi. No começo de 2015, levantamento da Folha de São Paulo mostrou que o Paraná fechou o ano de 2014 com o segundo maior déficit no orçamento público da União, com um rombo de R\$ 4,6 bilhões.

48. A Gazeta do Povo, maior jornal paranaense, se apressou em fazer coro com a equipe econômica do governo, explicando a razão do problema: a “generosidade” com que o funcionalismo público foi tratado no último período, com aumentos salariais e benefícios nas carreiras. Segundo a tese, mesmo o comemorado PIB do Paraná - que teria crescido 12,53% entre 2011 e 2013, o dobro do “pibinho nacional” -, não conseguiu acompanhar o aumento do “gasto com pessoal e encargos sociais”, que foi de 24% entre 2010 e 2013. Mas essa é a interpretação que agrada ao governo e à burguesia local.

49. Não podemos nos enganar: em momentos de crise, na luta entre Capital e Trabalho, o estado toma para si a tarefa de reduzir os custos da força de trabalho e restabelecer as taxas de lucro que interessam aos grandes capitalistas. O governo Beto Richa, nos primeiros quatro anos, se empenhou em garantir a reeleição, distribuindo recursos para sua base de apoio, beneficiando setores empresariais e evitando fortes atritos com o funcionalismo. Mas ago-

ra, no segundo mandato, as políticas de austeridade se impõem: o estado deve reduzir os custos do trabalho e cortar os “gastos sociais”. Não é simplesmente um “desgoverno” ou uma “má gestão”. É o estado cumprindo seu papel: garantir a acumulação do Capital.

50. Se o “gasto com pessoal” do estado aumentou, a arrecadação disparou. O ICMS subiu 25, 25% entre 2010 e 2013. A soma de todos os tributos estaduais e dos repasses do governo federal, conhecida como receita corrente líquida (RCL), aumentou em 56%, entre 2010 e 2014. Um recorde, que colocou o Paraná à frente de todos os outros estados do país, em matéria de arrecadação. Mas para onde foi todo esse dinheiro, no primeiro mandato? Nos expressivos “gastos com custeio da máquina e repasses aos municípios” que explodiram com um índice de 83% de aumento, entre 2010 e 2013. E é por trás dessas “despesas correntes” que pode estar guardado o segredo do endividamento do governo estadual.

51. Parte do aumento das “despesas correntes” pode ser atribuído a operações para beneficiar sua base aliada e dar uma visibilidade positiva à sua gestão. Fazendo de conta que a crise econômica não existia, Richa chegou a dispor de 3,5 mil cargos comissionados (mas que foi obrigado a reduzir sob pressão da opinião pública), ampliou o gasto com cartão corporativo em 6.335% e torrou R\$ 400 milhões em propaganda institucional. Resultado, venceu as eleições do ano passado com quase 56% dos votos válidos, com uma coligação de partidos gigantesca: PSDB / PROS / DEM / PSB / PSD / PTB / PP / PPS / PSC

/ PR / SD / PSL / PSDC / PMN / PHS / PEN / PT do B. E o governador pode anunciar, depois de reeleito, “que o melhor está por vir”. Sim. Pelo menos para ele e sua turma.

52. Ao assumir, Beto Richa recebeu um aumento automático de salário, chegando a R\$ 33,7 mil, tornando-se o governador mais bem pago do Brasil. Seus secretários também se beneficiaram dessa generosidade legal, com salários de R\$ 23,6 mil. O Poder Legislativo não ficou de fora, com os deputados recebendo vencimentos de R\$ 25 mil, além dos benefícios. Já o poder judiciário conseguiu um auxílio-moradia de mais de R\$ 4 mil reais per capita, para juízes e promotores. Agora, esse benefício também foi estendido aos “conselheiros” do Tribunal de Contas do estado. Esse tratamento diferenciado é tão escancarado que choca qualquer um que acompanha o noticiário local. A austeridade não é uma palavra conhecida pelos amigos do rei...

53. Piá de prédio. No Paraná, essa expressão é utilizada para caracterizar o garoto que vive recluso nos apartamentos da classe média. Mas, quando é usada para se referir ao governador Beto Richa, torna-se uma caracterização política muito precisa. Ele é um filho dileto da burguesia paranaense, recebendo somas vultuosas dos empresários e dos grandes latifundiários para suas campanhas políticas. Gente que ele não esquece na hora de governar. Uma auditoria nas contas, realizada por partidos de oposição, indica um aumento quase surreal em alguns itens de “custeio da máquina”: locação de mão de obra (2.881%), processamento de dados (20.256%), serviços

técnicos profissionais (4.068%) e serviços de copa (117%). Algumas empresas se beneficiaram com essa farra com os recursos públicos.

54. Vencedor da reeleição, com forte apoio político, contando com os afagos da grande mídia, com a conivência do Legislativo e a presteza do Judiciário, o governador Beto Richa resolve abater de vez o bode expiatório das políticas de austeridade: o funcionalismo público. O novo secretário da fazenda, Mauro Ricardo Costa - que já prestou serviços às gestões de José Serra, Kassab e ACM Neto - apresentou um plano para conter a dívida pública do estado: um choque financeiro, com redução da folha de pagamentos e aumento da arrecadação.

55. Em dezembro, o governo encaminhou para a Assembleia Legislativa um conjunto de medidas de austeridade como presente natalino, estabelecendo um novo regime previdenciário para o funcionalismo estadual, com teto máximo do INSS para o benefício da aposentadoria (cerca de R\$ 4.600,00). Quem quiser receber acima desse valor, deve contribuir para um regime de previdência complementar. Além disso, aplicou os 11% de contribuição previdenciária para os que já estão aposentados (no Paraná, esse desconto nunca fora cobrado). O governo também passou a dispor de 15% da receita do estado, para remanejamento, sem precisar consultar o Legislativo. E pode se apropriar de R\$ 90 milhões dos R\$ 140 milhões que seriam destinados à defensoria pública. Somando-se a esse primeiro pacote de maldades, ocorreu uma ampliação dos tributos estaduais, que

ficou conhecido como Tarifaço: aumento de 40% do IPVA e aumento da alíquota de ICMS para combustíveis e outros produtos de consumo popular.

56. Nesse momento, até mesmo representantes da Associação Comercial e a da Federação das Indústrias reclamaram do aumento de impostos. Mas com eles, houve acertos e mesa de negociação: conseguiram manter descontos do ICMS para determinados setores da indústria local (como o de vestuário e o madeireiro). Além disso, o governo afrouxou as regras de controle e ampliou o aporte de recursos públicos para as parcerias público-privadas. E aumentos nas tarifas de água, luz e pedágios revertem em lucros maiores para os acionistas privados da Sanepar e da Copel, e para os donos de concessões. Os grandes empresários entendem claramente o que está acontecendo. Mesmo com alguns prejuízos a curto prazo, sabem que a redução dos custos com os servidores e com os gastos sociais abrem possibilidades de novos mercados, como empresas para concorrer com a "ineficiência" do serviço público e as terceirizações. Além disso, economizando sobre os "gastos sociais", o governo pode ampliar seus recursos para investimentos em parceria com o setor privado. E os patrões soltam notas dizendo que as políticas de austeridade do governo são necessárias.

57. Já, para o funcionalismo, sobrou o Tratoço. O governo do estado colocou o pacote de medidas de austeridade em regime de Comissão Geral, um processo acelerado de aprovação de projetos-lei, onde os trâmites pelas

diferentes comissões legislativas são substituídos por uma única votação, que congrega todas as comissões. Com isso, projetos de lei podem ser votados de um dia para o outro, dificultando a articulação e pressão de entidades de classe, como os sindicatos.

58. Para completar a festa natalina, o governo determinou um corte de 30% dos gastos de custeio de todos os órgãos públicos estaduais, como energia, água, telefonia, limpeza, combustível, etc., e o parcelamento do terço de férias em 3 vezes, para boa parte do funcionalismo. Os sindicatos ensaiaram uma reação, mas tiveram problemas em mobilizar suas bases, por conta do calendário do fim do ano. Ainda não imaginavam que o “pior estava por vir”.

59. Em janeiro de 2015, retornando das férias depois de uma viagem em um cruzeiro, o bronzeado governador e sua equipe resolvem apresentar outro conjunto de medidas na Assembleia Legislativa que quer fazer retroceder, em alguns dias de votação, as conquistas trabalhistas dos últimos 16 anos. Esse Pacote, como ficou conhecido, estava dividido em dois projetos de lei que, se aprovados, implantariam um novo aumento de impostos, a extinção dos quinquênios, alterações nas gratificações e na carreira do funcionalismo e a alteração de benefícios como o auxílio-transporte. Além disso, permitiriam ao governo se apropriar de R\$ 8 bilhões de um fundo previ-

denciário (Paraná Previdência) dos servidores, colocando em risco suas aposentadorias e pensões, além de empurrar essa dívida para os próximos governos.

60. A esse Pacote se somaram novas medidas “emergenciais” de corte de gastos, como: o fim dos repasses para o sistema integrado de transporte público de Curitiba e Região Metropolitana (aumentando os custos para os usuários); a demissão de 39 mil contratados PSS (contratos provisórios) sem o pagamento da rescisão; o não-pagamento do terço de férias de todos os funcionários; o calote nas diárias dos policiais que trabalharam na operação verão e nas horas-extras do pessoal da saúde; a redução e remanejamento de servidores; o atraso das promoções e progressões devidas; falta de repasses de recursos para as escolas (fundo rotativo) e outras repartições públicas; o fim de programas e projetos educacionais; o fechamento de turmas e de instituições de ensino. Essas ações, embora dirigidas ao conjunto do funcionalismo, foram especialmente contundentes contra professores e funcionários da rede pública de ensino. Nem as universidades estaduais escapam às mesquinhas da “redução de despesas” e o descalabro dos projetos de lei, como o de “autonomia universitária”, nome pomposo para um plano que pretende mudar a forma de financiamento dessas instituições de ensino, tornando o cobertor ainda mais curto.

OS TRABALHADORES SE MOVIMENTAM: 2015 COMEÇA QUENTE NO PARANÁ

61. O ano de 2015 já entrou para a história dos trabalhadores do funcionalismo público do Paraná, especialmente, o da Educação. No começo de fevereiro, assembleias foram marcadas e algumas categorias estabeleceram um calendário de greves. Ainda que de forma desarticulada, estavam se estabelecendo as condições para uma Greve Geral do Funcionalismo Público do estado. Sindicatos da saúde, das universidades estaduais, do Tribunal de Contas e dos agentes penitenciários se mobilizaram, somados a movimentos de associações de escolas conveniadas (que atendem portadores de necessidades especiais), do Conselho Tutelar e de mães e mulheres da PM. Destacando-se nesse processo, pelo seu tamanho e tradição de luta, a APP-Sindicato, que representa os professores e funcionários da educação básica com 150 mil educadores ativos ou inativos na base, dos quais 70 mil são filiados.

62. No dia 10 de fevereiro, os trabalhadores em educação em greve em conjunto com outras categorias do funcionalismo e o movimento estudantil, cercaram e ocuparam a Assembleia Legislativa do estado (ALEP) impedindo a votação do “Pacotaço”.

63. Não contente com o ocorrido o Governador Beto Richa (PSDB), busca rearticular, com auxílio de seu secretário de Segurança, Fernando Francischini, a retomada da ALEP para que pudesse ser votado o “Pacotaço”. Na quinta-

feira (12 de fevereiro), uma operação é organizada para retirar os ocupantes e permitir a entrada dos Deputados. Um ônibus do BOPE, depois apelidado de “camburão” (os deputados estavam dentro do camburão) se aproxima com uma forte escolta. Cerra-se a grade de um dos lados da ALEP e organiza-se a entrada dos Deputados no restaurante da Assembleia Legislativa, ao mesmo que forma-se um cordão policial no pátio da “Casa do Povo”.

64. Em poucos instantes cordões policiais são rompidos e o pátio da ALEP é ocupado pelos servidores públicos impedindo novamente a votação do “Pacotaço”. Os Deputados são obrigados a sair escoltados e ao som de 30 mil vozes que gritavam: “sai de camburão, sai de camburão”. Foi um movimento de massas. E que belo e emocionante movimento.

65. No dia 19 de fevereiro um ato unificado dos servidores públicos contou com a presença de mais de 50 mil pessoas. Novas rodadas de negociação ocorrem com o governador e no início de março, sob a promessa de que um amplo debate com o Fórum de Servidores seria feito, antes de propor mudanças na previdência dos servidores e pelas ameaças realizadas pelo judiciário, trabalhadores em educação e demais servidores decidem suspender suas greves.

66. No dia 25 de abril os trabalhadores em

educação e demais servidores retomam a luta. A greve foi retomada depois da concretização daquilo que já era esperado: o não cumprimento das pautas da greve pelo Governador e o retorno do Projeto da Previdência. Após um debate com o Fórum de Servidores do Paraná sobre as alterações previstas no projeto de lei, a pauta voltou à ALEP sem acordo entre as partes. Mesmo assim, o Governador afirmava que houve “amplo debate” entre os envolvidos.

67. Durante o período entre greves, tanto o Governador quanto o Secretário de Segurança do Paraná, Fernando Francischini fizeram a lição de casa. Desde a deflagração da greve no dia 25 de abril, o Governo conseguiu na Justiça uma liminar impedindo o acesso dos trabalhadores à ALEP e deslocou um efetivo policial jamais visto na cidade. Dois cordões de homens em frente à ALEP, tropa de choque dentro do prédio público, grades, cães, carros de combate em todo entorno da região do Centro Cívico.

68. O clima estava tenso desde o início da ação policial: os sindicatos do funcionalismo público do Paraná foram proibidos de montar acampamento na Praça Nossa Senhora de Salete, em frente à ALEP. Depois da caminhada do dia 27 de abril até o local, conseguiram instalar algumas barracas e o acampamento foi crescendo. Nessa mesma noite, a polícia avançou sobre os acampados, levando consigo mais grades para dificultar o acesso à ALEP. Caminhões de som tiveram os pneus furados e foram guinchados pela PM, foram momentos de tensão.

69. Na manhã do dia 28, mais confronto: os sindicatos e Centrais tentavam trazer outro caminhão de som para organizar o movimento e foram impedidos pela polícia. Após muita discussão, alguns grevistas se organizaram e retiraram carros da PM que impediam o acesso à rua, fazendo assim com que o caminhão de som conseguisse entrar.

70. Após as demonstrações de truculência, o grande show de horror estava por vir. O projeto de lei que permitiria ao Governador utilizar o dinheiro da Previdência para outros fins seria votado na tarde do dia 29. Com a liberação apenas dos dirigentes sindicais para acompanhar a sessão, decidiu-se que ninguém entraria na ALEP. A tensão crescia na praça juntamente com o aumento da presença da polícia, do choque, cães, helicópteros rasantes e caminhões da cavalaria. Um clima de 30 de agosto 1988 estava no ar (data em que Alvaro Dias, então governador, jogou cavalos e bombas nos professores).

71. Com a movimentação de alguns grevistas na linha de frente, começou a repressão da PM e o que se seguiu foram cenas de guerra. Tiros de bala de borracha e bombas começaram a ser lançadas em direção aos grevistas pelo Choque e de helicópteros que sobrevoavam o local! Houve muita correria, pessoas caindo e choro por conta do gás e do medo. Crianças de uma creche próxima tiveram de ser retiradas em pânico.

72. Após o momento inicial de fuga, os grupos começavam a retornar à praça, tentando se aproximar novamente da ALEP, as bombas

continuaram por mais de uma hora. Alguns seguiam na linha de frente, tentando retornar para sua posição inicial, mas a tropa de choque avançou juntamente com o caminhão jogando água nos grevistas. Mais de 200 pessoas ficaram feridas, 8 em estado grave. O prédio da prefeitura municipal, próximo à ALEP, foi evacuado e transformado em hospital. As bombas só cessaram após a recuada de todos os grevistas. Via-se medo e revolta no rosto de todos os presentes.

73. Por volta das 17 horas, o som das bombas já não mais era ouvido e a votação dentro da

75. Gustavo Fruet (PDT) ao assumir a prefeitura de Curitiba, mantém, em linhas gerais, a política histórica das gestões que administraram Curitiba. Nos cargos e estrutura de governo são alocadas personalidades que compuseram gestões anteriores. Dois exemplos são marcantes. Eleonora Fruet que foi secretária de educação durante a gestão Beto Richa (PSDB) e de seu vice Luciano Ducci (PSB), assume a secretaria de finanças na gestão de seu irmão. Outro é Meroujy Cavet que saiu diretamente superintendência de Educação do governo estadual de Beto Richa direto para Secretaria de Recursos Humanos da PMC.

76. Curitiba permanece sendo uma das capitais mais desiguais do país. Segundo matéria da Gazeta do Povo de agosto de 2012, apoiada em um relatório das Organizações das Nações

ALEP seguia normalmente. Por fim, a despeito do suor, lágrimas e sangue dos trabalhadores ali presentes, a votação foi concluída e as alterações pretendidas por Beto Richa foram aprovadas por cerca de 30 deputados.

74. Acompanhou esse movimento as greves metalúrgicas na região metropolitana de Curitiba contra as demissões no início do ano, dos trabalhadores da limpeza pública, além de uma diversidade de manifestações contra a política de ajuste e ataque aos direitos da classe trabalhadora e juventude paranaense.

CONJUNTURA MUNICIPAL

Unidas (ONU), Curitiba figura como a 6ª pior cidade em distribuição de renda da América Latina. Nos últimos anos pouco foi feito para mudar esse quadro.

77. Fruet faz uma política voltada para aos interesses dos grandes empresários. Segundo dados da própria prefeitura 43% do orçamento vão para terceirizações, transferências para instituições privadas com fins lucrativos, execuções orçamentárias delegadas a consórcios, investimento direto em empresas e consultorias.

78. No caso do transporte, Fruet não tomou nenhuma medida contra a máfia instalada na capital dos paranaenses. A tarifa do transporte coletivo de Curitiba teve um aumento de R\$ 2,70 para R\$ 2,85 no final do ano passado e agora no início de 2015 o Prefeito Gustavo

Fruet elevou a tarifa para R\$ 3,30 (dinheiro). Um aumento de quase 20% em três meses! Mas não é só isso. Os empresários do transporte recebem R\$ 3,60 por passagem. A complementação do valor é realizada pela prefeitura em forma de subsídio. Um verdadeiro roubo operado pela máfia do transporte e legitimado pelos gestores de plantão.

79. Os contratos que permitiram e aprofundaram essa situação foram firmados em 2010 por meio de uma licitação fraudulenta, orientada para favorecer três concessionárias ligadas quase que integralmente à família Gulin que irá operar o sistema nos próximos 25 anos. Se não bastasse, as empresas escamoteiam, manipulam e possuem o absoluto controle sobre os custos de operação do sistema. Ou seja, quem define o valor da tarifa em última instância são as empresas possibilitando uma lucratividade superior ao que está previsto na licitação (12% de administração e 5% de lucro). Fato expresso nos relatórios produzidos pelo Tribunal de Contas (TCE), CPI do transporte, URBS (Urbanização de Curitiba) e auditoria feita por sindicatos que apontam superfaturamento.

80. A especulação imobiliária na cidade é, também, um mal que não foi atacado pela gestão Fruet de forma efetiva. Apesar da aprovação recente do aluguel social em Curitiba, por pressão do movimento de luta por moradia, mais de 85 mil famílias aguardam na fila da COHAB por uma moradia digna, sendo que Curitiba possui mais de 90 mil imóveis vazios. As grandes construtoras e especuladores continuam lucrando, enquanto o déficit habitacional permanece.

81. A falta de vagas em CMEI (Centros Municipais de Educação Infantil) criadas pela gestão Fruet estão longe de atender a demanda. Atualmente, cerca de 10 mil crianças estão na fila de espera por uma vaga nos CMEIS. O dinheiro investido pela prefeitura de Curitiba na Arena da Baixada, para sediar a Copa do Mundo, segundo matéria da Gazeta do Povo, permitiria a construção de 91 CMEIs, com capacidade para atender 18.200 crianças. Esse exemplo demonstra, a serviço de quem Gustavo Fruet governa.

82. Nos serviços públicos a prefeitura promove ajustes. Para garantir os cortes aplica uma “onda de calotes” nos servidores públicos recuando em acordos firmados, após greves e paralizações dos servidores públicos, em mesas de negociação. Um exemplo claro dessa política, tem sido a falta de pagamento de horas extras dos servidores da saúde e o acúmulo de funções que esses profissionais estão sendo obrigados a assumir, colocando em risco o atendimento a população. Além de possuir uma postura que desrespeita o direito de greve dos servidores, ao não abonar as faltas de greve mesmo mediante reposição e buscar regulamentar, através de lei, o banco de horas.

83. Mesmo com política geral de cortes, os servidores, especialmente os do magistério, tiveram algumas conquistas, em que se destacam a aplicação dos 1/3 de hora atividade (ainda não aplicada para os educadores) e o novo plano de carreira que está sendo aplicado gradativamente.

84

Infelizmente, na atualidade, a maioria dos sindicatos é dirigida por tendências que defendem a colaboração de classes e o tripartismo (conselhos formados por patrão, trabalhadores e governos). Abandonaram a independência de classe.


85. Entretanto, a convulsiva situação política, faz com que as bases atropem as direções pelegas ou as forcem a entrar em movimento. Segundo dados do DIESSE em 2012 o Brasil teve o maior número de greves registrado desde 1996. De 2011 para 2012 houve um aumento de 58% na quantidade de greves realizadas. Dados extraoficiais apontam que nos dois últimos anos o número de greve dobrou em relação a 2012, chegando a patamares semelhantes ao momento em que CUT e PT surgiram. Além do aumento do número, as greves ganham características de ação de massa. Ou seja, os trabalhadores não fazem “greve de pijama” e/ou ficam restritos às pautas econômicas (salários e condições de trabalho), mas passam a ter uma ação política contra os governos e as instituições. A greve dos trabalhadores em Educação do Paraná e dos Garis do Rio de Janeiro são exemplos clássicos do que estamos falando.

86. A situação econômica e política exige a

retomada dos sindicatos para luta, sob o princípio da independência de classe, que só pode ser desenvolvido em uma luta contra a burguesia e seu estado. A proposta de “Programa de Proteção ao Emprego” (PPE) da direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e de setores da direção da CUT, é um exemplo claro da colaboração de classes e do que não deve ser feito por uma direção sindical. O PPE deveria ser apelidado de “Programa de Proteção ao Empresariado”, pois garante 30% de lucro para o patrão e 15% de Redução salarial para o peão. Essa proposta, caso aprovada pelo governo e utilizada pelas direções sindicais pelegas, deve ser derrotada pelas bases das categorias.

87. Os sindicatos e trabalhadores não podem cair na armadilha de que “é preciso um ajuste fiscal”. O ajuste fiscal é o mecanismo para garantir o pagamento da Dívida Interna e Externa para os especuladores. Para garantir que a riqueza produzida pela classe trabalhadora continue sendo pilhada pelos capitalistas nacionais e internacionais! Esta é a base da política de austeridade!

88. Não é possível ganhar a batalha contra a “Agenda Brasil”, as MPs, terceirizações e o Ajuste Fiscal no terreno do Congresso e do governo. Assim como não é admissível “negociá-las”. Nenhuma terceirização deve ser “re-



gulamentada”, ela tem que acabar. As MPS e o PL 4330 devem ser derrotados, retiradas pelo governo ou enterradas no Congresso. E isso, só a mobilização pela base, a organização independente dos trabalhadores, pode fazer. Este é o único caminho para derrotar a “Agenda Brasil”, as MPs, os PLs que retiram direitos e o conjunto de políticas de austeridade.



O SISMMAC deve manter em seu programa de trabalho, independente da gestão que esteja à frente

do sindicato, os princípios de: a) Independência de classe frente a patrões e governos. b) Autonomia em relação a partidos políticos. c) Trabalho de base e organização no local de trabalho. d) formação política. e) Unidade de ação e solidariedade com os demais trabalhadores em luta. Além de aprimorar, permanentemente, a aplicação desses princípios.

90. No último congresso do SISMMAC uma série de resoluções foi aprovada, sendo algumas integralmente cumpridas e outras não. Apresentamos abaixo algumas propostas de resolução para o programa de trabalho da direção do SISMMAC.

- » Elaborar uma proposta de alteração no Estatuto vigente até o início de 2016.
- » Reavaliar a necessidade de participação do SISMMAC nos Conselhos da Prefeitura.
- » Utilizar o CR como espaço de formação política (debate sobre conjuntura, por exemplo) e não apenas de repasse ou discussão das pautas da categoria.
- » Constituir grupos de estudo e formação política regulares no SISMMAC.
- » Promover módulos de formação, seminários e palestras com temas gerais e específicos regularmente.
- » Realizar durante as gestões do SISMMAC uma Conferência de Educação para que o sindicato possa formular de forma consistente suas posições relativas às políticas públicas de Educação.

Assinam a Tese: Renato Pizzatto Vivian (E.M. Francisco Derosso/ E.M. Batel), Francis Madlener de Lima (E.M. Jardim Europa), Fabiana Barcheky de Camargo (E.M. Tereza Matsumoto), Nayara Cristina Bagatin Correa (E.M. Jardim Europa), Patrícia Alves (E.M. Ricardo Krieger), Izabel Cristina Oliveira (E.M. Tomaz Edson/ E.M. Padre Anchieta), Jaqueline S. de Oliveira (E.M. Jardim Europa), Thays Teixeira de Oliveira (E.M. Jardim Europa), Alessandra Cardozo Machado Suga (CEI Carlos Drummond de Andrade), Beatriz Prado (CEI Germano Paciornik), Juliana Wiggers da Cunha (E.M. Professor Ricardo Krieger), Amadora Giraldeili Sanches Bueno (E.M. Prefeito Omar Sabbag), Claudia Costa (E.M. Francisco Hubert), Patrícia Lohmann de Almeida Fernandes Cicarello (CEI Prof. Tereza Matsumoto), Andrea Regina Bochnia Ferraz (E.M. Jardim Europa/E.M. Maria Clara Tesseroli), Sheila Afornali Depine (E.M. Professora Carmem Salomão Teixeira), Andreza Santana de Abreu Silva (E.M. São Luiz), Brunna Mercurio Nogueira (CEI Professor José Wanderley Dias), Eliane Sales Mota Kochla (CAIC Cândido Portinari), Suzi Rosa Nogueira de Souza Neves (E.M. Julia Amaral Di Lenna), Andrea Rodrigues Pianaro (E.M. Tomas Edson), Dulcinéia Zuczyn (E. M. Francisco Derosso), Flavia Izabel Keske Cassemiro (E.M. Julia Amaral Di Lenna).



REGULAMENTO

I - Do Congresso

Art. 1º - O XI Congresso do SISMMAC será realizado nos dias 10 e 11 de novembro de 2015. Será constituído por integrantes do quadro próprio do Magistério, sindicalizados/as, eleitos delegados/as conforme regulamento e delegados/as natos/as que fazem parte da diretoria executiva, suplentes da diretoria e conselho fiscal.

Parágrafo único – Os Profissionais do Magistério não eleitos delegados poderão participar em todos os espaços do XI Congresso do SISMMAC como observadores, com direito à voz.

II - Da finalidade

Art. 2º - O Congresso terá como finalidade analisar a situação real da categoria, as condições de funcionamento e desenvolvimento da sociedade brasileira e a definição do programa de trabalho do Sindicato. (Art. 77 – Parágrafo único – Estatuto da Entidade).

III - Do temário

Art. 3º - O XI Congresso do SISMMAC terá como temário:

- Análise de conjuntura
- Análise do movimento sindical
- Programa de trabalho do sindicato

IV - Da participação

Art. 4º - Serão participantes do XI Congresso do

SISMMAC os/as integrantes da categoria sindicalizados/as até o dia 29 de outubro de 2015.

Art. 5º - Os/as delegados/as deverão ser eleitos/as em Assembleias nas unidades escolares, devidamente registrada em ata padrão, fornecida pela Comissão Organizadora, no período de 21 de setembro a 29 de outubro de 2015, na proporção de 1 (um) delegado a cada 10 (dez) profissionais.

§ 1º - Poderão ser eleitos/as tantos suplentes quanto forem os/as delegados/as efetivos/as.

§ 2º - O profissional do Magistério que tem vínculo em dois locais de trabalho, sejam eles padrão ou RIT, só poderá se eleger como delegado/a em um dos locais.

§3º - Os/as Profissionais do Magistério Aposentados/as elegerão 1 (um) delegado a cada 3 (três) aposentados/as presentes em Assembleia específica que se realizará em 29 de outubro (quinta-feira) às 16h em primeira convocação e às 16h30 em segunda convocação, na sede do SISMMAC.

§4º - Os/as Profissionais do Magistério em licença para curso, em licença sem vencimento ou lotados em outros equipamentos e unidades não escolares elegerão 1 (um) delegado a cada 5 (cinco) dos profissionais nessas condições presentes em Assembleia específica, que ocorrerá no dia 29 de outubro às 18h00 em primeira convocação 18h30 em segunda convocação, na sede do SISMMAC.



V - Das Inscrições e do credenciamento

Art. 6º - As inscrições dos/as delegados/as serão realizadas do dia 21 de setembro à 29 de outubro de 2015, na sede do SISMMAC ou com entrega protocolada com um membro da direção do SISMMAC na própria unidade escolar mediante apresentação da Ata de eleição.

Art. 7º - O credenciamento será feito no local do XI Congresso do SISMMAC.

§1º - Os/as delegados/as que não puderem comparecer ao Congresso deverão avisar o/a suplente e à Comissão Organizadora para devida convocação do/a Suplente.

§2º - Os/as delegados/as titulares serão credenciados/as das 8h00 às 9h30 do dia 10 de novembro de 2015 e na sua ausência, os/as suplentes poderão se credenciar até às 10h.

Art. 8º - Cada delegado/as devidamente credenciado/a terá direito a voz e voto nos trabalhos do XI Congresso do SISMMAC.

VI - Das Teses

Art. 9º - A direção do SISMMAC redigirá uma Tese para o XI Congresso do SISMMAC.

Art. 10º - Qualquer profissional do Magistério sindicalizado pode inscrever teses para o XI Congresso, que deverão, de preferência, abranger todo o temário.

§1º - Para serem inscritas, as teses deverão ser subscritas por no mínimo 20 Profissionais do Magistério sindicalizados/as e conter no máximo 30 laudas em Arial 12.

§2º - As teses deverão ser inscritas entre 06 de agosto e 04 de setembro de 2015, das 8h às 18h, na sede do SISMMAC mediante protoco-

lo de recebimento. As teses deverão ser entregues em versão impressa e com cópia digital, em formato PDF e formato editável.

§3º - Os/as Profissionais do Magistério que inscreverem tese indicarão um representante para contato com a Comissão Organizadora do XI Congresso do SISMMAC.

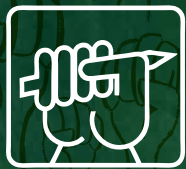
Art. 11º - As teses serão disponibilizadas para o todos os locais de trabalho e estarão disponíveis no site www.sismmac.org.br, em formato digital e impressa a partir do dia 14 de setembro de 2015.

VII - Das Disposições finais

Art. 12º - O XI Congresso do SISMMAC terá uma Plenária Final para aprovação das resoluções do Congresso.

Parágrafo único - Os/as delegados/as eleitos/as deverão participar de, pelo menos, 75% dos espaços da programação do XI Congresso para ter direito a voto na Plenária Final. A presença será registrada em listas de presença de responsabilidade da Comissão Organizadora, que fará a entrega de crachás de votação antes da Plenária Final àqueles que somarem a porcentagem mínima.

Art. 13º - Os casos omissos serão resolvidos por maioria simples em reunião da Comissão Organizadora do XI Congresso.



SISM MAC
Gestão "Novos Rumos"

SISMMAC
Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
Gestão Novos Rumos
Rua Nunes Machado, 1577 | Rebouças | Curitiba/PR
Fone/Fax: 41 3225-6729
sismmac@sismmac.org.br | www.sismmac.org.br

**Confira mais informações sobre o XI Congresso no site:
congresso2015.sismmac.org.br**